UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETODEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Letícia Carolina Boffi

Tornando-se homem: processos de agenciamento de corporalidades de homens trans – contribuições para o campo emergente das transmasculinidades

Ribeirão Preto - SP

2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LEPPS - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde
Av. Bandeirantes, 3900, Monte Alegre, 14040-901, Ribeirão Preto-SP

LETÍCIA CAROLINA BOFFI

Tornando-se homem: processos de agenciamento de corporalidades de homens trans – contribuições para o campo emergente das transmasculinidades

Versão original

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos

Ribeirão Preto - SP
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Boffi, Letícia Carolina
Tornando-se homem: processos de agenciamento de corporalidades de homens trans – contribuições para o campo emergente das transmasculinidades. Ribeirão Preto, 2022.
169 p. : il.; 30cm.

Versão Original

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. Área de concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento. Orientador: Santos, Manoel Antônio dos.

1. Transexualidade. 2. Transmasculinidades. 3. Homens trans. 4. Identidade de gênero.

Esta Dissertação de Mestrado foi realizada junto ao LEPPS - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde e do VIDEVERSO - Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero.

LEPPS
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde
FFCLRP - USP

VIDE | VERSO
grupo de ação e pesquisa em
diversidade sexual e de gênero

mA
SCU
LiNI
DA
DES

Apoio financeiro:

Este estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 88887.600239/2021-00, com vigência de março de 2021 a novembro de 2022.

Nome: Boffi, Letícia Carolina

Título: Tornando-se homem: processos de agenciamento de corporalidades de homens trans – contribuições para o campo emergente das transmasculinidades

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de Concentração: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento.

Aprovada em: 01 de novembro de 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos

Instituição: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Julgamento: Aprovada

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas

Instituição: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Julgamento: Aprovada

Profa. Dra. Iara Falleiros Braga

Instituição: Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba.

Julgamento: Aprovada

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação não teria sido realizada sem o amor, carinho, cuidado e apoio de diversas pessoas em, aproximadamente, três anos de dedicação à pesquisa, diante de um cenário impensável que circunscreve momentos de vulnerabilidade social e individual durante a pandemia da COVID-19. Desenvolver uma pesquisa durante um contexto pandêmico exige mais do que conhecimentos acadêmicos. Requer força, coragem, esperança, resiliência e condições emocionais e materiais para tal, a fim de enfrentar os diversos sentimentos de medo, angústia, luto e desesperança. As relações tiveram grande importância nessas circustâncias a partir de incentivos, compartilhamento de experiências e angústias que foram acolhedores e propulsores de afeto.

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha família que desde sempre acolhe e apoia meu desenvovimento acadêmico e profissional e que tem percorrido o precesso de ressignificação recompondo-se diante de um luto. *In memoriam* de Isabel Cristina André Boffi, ao Luiz Carlos Boffi Júnior, Angelina Corradi Boffi e Lucas Gabriel Boffi, por todo amor, apoio e cuidado.

Aos meus colegas de jornada acadêmica – Carolina, Mariana, André e Michel – que se tornaram pontos de apoio no processo desgastante da pesquisa por meio de momentos cômicos e reconfortantes.

Ao meu companheiro, Ivan Brandão Gondim, pelo apoio e incentivo durante toda a jornada.

Às minhas amigas que proporcionaram momentos de leveza em tempos difíceis na construção da pesquisa e no contexto social.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos, pela confiança que depositou na “estrangeira e pela parceria e incentivo constante ao longo de minha caminhada do conhecimento.

Às/Aos colegas do VIDEVERSO - Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade de Gênero e Sexualidade, e ao Grupo Masculinidades.

Ao Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas e ao Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida pelas sugestões apresentadas durante o Exame de Qualificação. Agradeço também à Profa. Dr. Érika Arantes de Oliveira-Cardoso pelas considerações durante a apresentação de meu trabalho na reunião científica do LEPPS.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida, Código de Financiamento: 88887.600239/2021-00, no período de março de 2021 a novembro de 2022.

Aos participantes da pesquisa, que se colocaram disponíveis a narrar suas histórias e compartilhar experiências de vidas. Sem o apoio e a confiança de vocês, eu jamais teria construído essa dissertação.

APRESENTAÇÃO

O presente material se configura como uma dissertação desenvolvida como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida em meio à pandemia do COVID-19, instaurada no Brasil em meados de março de 2020, o que exigiu alguns ajustes no projeto de pesquisa inicial: entrevistas presenciais foram adaptadas para a modalidade *on-line* e o convite aos potenciais participantes não pôde ser feito durante os atendimentos presenciais do Ambulatório de Incongruência de Gênero da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Apesar do cenário instável, imposto pela pandemia da COVID-19, a pesquisa foi desenvolvida no tempo previsto e na qualidade pressuposta, devido à adoção de medidas que visaram a contornar as dificuldades com menor prejuízo possível para a execução da coleta de dados mantendo o rigor teórico-metodológico previsto e desejável.

Apresenta-se a seguir a composição de tal relatório. A introdução aborda os principais conceitos referentes à(s) masculinidade(s), demandas e aspectos das modificações corporais das transmasculinidades e reflexões referentes a tais subjetividades já comtempladas na literatura nacional e internacional. Ainda, são explorados os conceitos de patriarcado e interseccionalidade cuja implicação fundamenta teoricamente esse estudo. Porquanto, os estudos referentes às masculinidades hegemônicas em conjunto com os estudos acerca da transexualidade, em específico, das transmasculinidades, foram mobilizados para fundamentar cientificamente a pesquisa.

O objetivo geral e os objetivos específicos estão expostos na sequência. A construção do referencial metodológico utilizado em cada etapa da pesquisa está especificada na seção do Método e descreve em detalhe as ações tomadas a fim de garantir o rigor científico-ético necessário. Optou-se por explorar os resultados e a discussão subsequente da investigação no formato de artigos, que se encontram desmembrados em três: o primeiro, já publicado pela revista *Estudos de Psicologia* (Campinas), refere-se à revisão de literatura na modalidade de metassíntese; o segundo artigo contempla resultados e discussão que responde ao primeiro objetivo específico da pesquisa, e o terceiro artigo atende ao segundo objetivo da pesquisa. Os manuscritos foram submetidos à avaliação nas revistas *Psicologia: Teoria e Pesquisa* e *Cadernos Pagu*, respectivamente. Os resultados são analisados e discutidos a partir do referencial teórico

mobilizado e da literatura disponível na área do conhecimento, salientando-se os avanços da presente pesquisa.

Considerações Finais são evocadas a fim de apresentar uma articulação elucidativa dos resultados obtidos, enfatizando a relevância da pesquisa para o campo emergente das transmasculinidades enquanto processos de construção de subjetividades, bem como apontar as lacunas e oferecer sugestões de possíveis pesquisas futuras. Na sessão das referências finais encontram-se todas as referências utilizadas nesta Dissertação – incluindo as utilizadas nos artigos. Nos apêndices encontram-se documentos complementares elaborados pela autora para auxílio das análises. Outros documentos encontram-se nos anexos. Como se destaca:

> Não há, como alguns de nossos legisladores insistem em repetir, uma ideologia de gênero e diversidade sexual, o que há são estudos de gênero e sobre sexualidade, produzidos a partir de critérios e procedimentos científicos, amplamente debatidos no universo acadêmico, na sociedade civil e nas instituições do Estado. .... há um consenso fortemente consolidado nas pesquisas no que diz respeito à presença das violências de gênero e da homofobia não somente nas escolas e nas universidades, como em toda sociedade, e, diante deste quadro, há necessidade de respostas urgentes e efetivas; não podemos retroceder (Medrado, Corrêa, & Lyra, 2016, pp. 172-173).

Porquanto, insistir em abordar gênero na perspectiva da identidade de gênero e da transexualidade como um tema central em uma dissertação é uma tentativa de se contrapor à irresponsabilidade e descaso em relação a recorrentes denúncias de violência transfóbicas e cissexistas que, infelizmente, proliferam no contexto nacional, haja vista a recorrente e sistemática perseguição aos conceitos de gênero e sexualidade no âmbito do poder legislativo estadual e federal nos últimos anos.

Na Introdução desta dissertação são discutidos os conceitos de cisgeneridade, patriarcado, masculinidades e modos de subjetivação. Além disso, apresenta-se um breve histórico da emergência das transmasculinidade do Brasil e suas implicações acadêmicas e sociais. Os objetivos são apresentados na sequência, bem como o detalhamento do referencial metodológico utilizado na presente dissertação. Os resultados são apresentados no formato de artigos científicos, que se relacionam com o tema geral e permitem responder aos objetivos propostos.

O artigo 1 corresponde a uma metassíntese, que tem como objetivo sintetizar, analisar e reinterpretar os resultados de estudos qualitativos primários acerca da experiência da masculinidade performada pelos homens trans.

O artigo 2 tem como objetivo compreender a intencionalidade dos processos de modificações corporais agenciados por homens trans durante o processo de transição de gênero. Trata-se de um estudo empírico, descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa.

Por fim, o artigo 3 objetiva compreender a percepção dos homens trans diante da leitura social masculina quanto aos privilégios e exigências da masculinidade. Trata-se de um estudo empírico, descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa, abrangendo a mesma amostra que compôs o estudo anterior.

Os resultados e discussões são apresentados em cada artigo, seguida pelas considerações finais que recapitulam os principais achados e contribuições desta dissertação, e apresentam suas implicações para os estudos do campo das transmasculinidades.

Com o corpo cansado,
e um tanto oco.
O sofrimento me parece pouco.
A vida é dura.

Sem palavras
para decompor as magoas,
e um tanto roto, vou compondo
através de muita labuta.

Fiz do meu corpo território,
terreno transitório de disputa.
E ainda hei de exibir cicatrizes
como vitórias de luta.

Incisão

Cauê Assis

Revista Estudos Transviades,
v.1, n. 2, setembro de 2020,
p. 59.

RESUMO

Boffi, L. C. (2022). *Tornando-se homem: processos de agenciamento de corporalidades de homens trans – contribuições para o campo emergente das transmasculinidades* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

As identidades transmasculinas ganharam visibilidade social e acadêmica no Brasil a partir de 2010, por meio do acesso às informações na internet, das comunidades nas redes sociais, da exposição de tal população em diversos meios midiáticos e, especialmente, com a inclusão dos homens trans no Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde em 2013. Por essa razão, a literatura dedicada a tais identidades têm se concentrado na área da saúde, deixando uma grande lacuna nos estudos referentes a aspectos sociais vivenciados pelos homens trans. Considerando tais premissas, essa dissertação tem como objetivo compreender os sentidos atribuídos às identidades transmasculinas por meio dos processos corporais de homens transexuais, assim como as experiências sociais dos homens trans diante da leitura social masculina pós-transição de gênero. A dissertação está estruturada no formato de três artigos, que permitem compreender as experiências dos homens trans. Trata-se de um estudo qualitativo, transversal, descritivo-exploratório e que tem como referencial teórico os estudos de masculinidades e transmasculinidades. Inicialmente, é apresentada uma metassíntese (artigo 1), que sintetiza, analisa e reinterpreta os resultados de estudos qualitativos primários acerca da experiência da masculinidade performada pelos homens trans. O componente empírico da dissertação é composto pelos artigos 2 e 3. Participaram do estudo 15 homens transexuais com idades entre 20 e 41 anos, em processo de transição de gênero com uso de testosterona, residentes em quatro estados do Brasil. Para a construção do *corpus* de análise foram realizadas entrevistas individuais, semi-estruturadas, nas modalidades presencial e on-line, com duração de 55 a 210 minutos, audiogravadas mediante autorização dos participantes. O conteúdo das entrevistas foi transcrito literalmente e na íntegra, e os dados foram analisados e discutidos na perspectiva da análise temática reflexiva. Os resultados são apresentados em cada artigo. A partir do artigo 1 foram evidenciadas outras experiências da masculinidade, extrinsecamente à materialidade do sujeito, principalmente no que se refere à rejeição do discurso masculino desqualificador das mulheres. Já o artigo 2 aponta para o uso da testosterona como uma ferramenta imprescindível para a externalização da imagem masculina que os sujeitos elaboram acerca de si mesmos e de seus corpos, além de garantir o reconhecimento social do pertencimento ao gênero masculino. Por fim, o artigo 3 revela que as respostas sociais dos homens trans envolvem adquirir privilégios sociais na mesma medida que passam a ser exigidos a responder às normativas da masculinidade hegemônica cisgênera. A análise pela via da interseccionalidade permite apontar que há especificidades, bem como disparidades nas experiências vividas por homens trans brancos e negros. Nota-se, ainda, a tentativa de diluição e invalidação social das transmasculinidades a partir de uma leitura social da homossexualidade. Discute-se que os homens trans vislumbram encontrar nas modificações corporais a possibilidade de concretização de suas subjetividades. A partir da assunção à transmasculinidade, os sujeitos trans experienciam privilégios, expectativas e normativas sociais do ser homem, distribuídos a partir da interseccionalidade de seus marcadores sociais da diferença.
Palavras-chave: Identidade de gênero, Transexualidade, Transmasculinidades, Homens trans, Masculinidades, Masculinidade Hegemônica, Hormonização, Interseccionalidade.

ABSTRACT

Boffi, L. C. (2022). *Becoming a man: processes of agency of trans men corporealities – contributions to the emerging field of trans masculinities* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Transmasculine identities have gained social and academic visibility in Brazil since 2010, through access to information on the internet, communities on social networks, exposure of such population in various media and, especially, with the inclusion of trans men in the Transsexualization Process of the Unified Health System in 2013. For this reason, the literature dedicated to such identities has been concentrated in the health area, leaving a large gap in studies concerning social aspects experienced by trans men. Considering such premises, this dissertation aims to understand the meanings attributed to transmasculine identities through the bodily processes of transsexual men, as well as the social experiences of trans men facing the post-gender transition masculine social reading. The dissertation is structured in the format of three articles, which provide an understanding of trans men's experiences. This is a qualitative, cross-sectional, descriptive-exploratory study that has masculinities and transmasculinities studies as theoretical framework. Initially, a meta-synthesis is presented (article 1), which synthesizes, analyzes, and reinterprets the results of primary qualitative studies about the experience of masculinity performed by trans men. The empirical component of the dissertation consists of articles 2 and 3. Fifteen transgender men aged between 20 and 41 years, in the process of gender transition with testosterone use, residing in four states of Brazil, participated in the study. To build the corpus of analysis, individual semi-structured interviews were carried out, in face-to-face and online modalities, with duration of 55 to 210 minutes, audio-recorded with the authorization of the participants. The content of the interviews was transcribed verbatim and in full, and the data were analyzed and discussed from the perspective of reflective thematic analysis. The results are presented in each article. From article 1, other experiences of masculinity were evidenced, extrinsic to the subject's materiality, mainly regarding the rejection of the male discourse that disqualifies women. Article 2 points to the use of testosterone as an indispensable tool for externalizing the masculine image that subjects elaborate about themselves and their bodies, besides ensuring the social recognition of belonging to the male gender. Finally, article 3 reveals that the social responses of trans men involve acquiring social privileges as they are required to respond to the norms of hegemonic cisgender masculinity. The analysis through intersectionality allows us to point out that there are specificities, as well as disparities in the lived experiences of white and black trans men. It is also noted the attempt to dilute and socially invalidate transmasculinity from a social reading of homosexuality. It is discussed that trans men glimpse to find in body modifications the possibility of realizing their subjectivities. From the assumption of transmasculinity, trans subjects experience privileges, expectations and social norms of being a man, distributed from the intersectionality of their social markers of difference.

Keywords: Gender identity, Transsexuality, Transmasculinity, Trans men, Masculinities, Hegemonic masculinity, Hormonization, Intersectionality.

LISTA DE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AING	Ambulatório de Incongruência de Gênero
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CCEB	Critério de Classificação Econômica - Critério Brasil
CE	Ceará
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CID-11	Classificação Internacional de Doenças
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Corona Virus Disease 19
CRAIST	Centro de Atenção Integral a Saúde Transespecífica
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
ES	Ensino Superior
EUA	Estados Unidos da América
FFCLRP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
HCFMRP	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEPPS	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e demais orientações de gênero e identidades sexuais
MG	Minas Gerais
OMS	Organização Mundial da Saúde
RENAME	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
RS	Rio Grande do Sul
SERTRANS	Serviço de Referência Transdisciplinar para Transgêneros
SP	São Paulo

SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 20

1.1 Discutindo cisgeneridade 20

1.2 Patriarcado, masculinidades e subjetivação 25

1.3 Transmasculinidades 42

2. OBJETIVOS 52

2.1 Objetivo geral 52

2.2 Objetivos específicos 52

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS 53

REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO 55

PREÂMBULO

A partir da reflexão de que a ciência não pode fundamentar-se na neutralidade, venho colocar-me enquanto sujeito de experiências, antes de pesquisadora. Isso se deve ao fato de que a experiência nos constitui de maneira basal e a pesquisa que realizo não é de todo diferente. Quando falo sobre minhas pesquisas e seus participantes sempre surge o questionamento: "como você chegou a esse campo de interesse?".

Enquanto mulher cisgênera, foi essencial a convivência com meus melhores amigos homossexuais para que eu entendesse como é a sociedade para eles e como eu lutaria por uma sociedade melhor para estes sujeitos. A Psicologia me retirou do conforto da pequena cidade de Sertãozinho, interior de São Paulo, e me levou a Uberlândia, Minas Gerais, para a graduação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Foram cinco anos de muito crescimento pessoal a partir da exploração de novos lugares, pessoas e experiências. A não identificação com uma abordagem inicial ou um tema de interesse foi por vezes angustiante.

Essa angústia se acalmou por um momento quando vi em uma professora a luta pelas mulheres em sua área de trabalho. Foi como um recado de que podemos fazer pelos sujeitos relegados algo com nosso conhecimento. Trabalhar com mulheres e para mulheres durante dois anos foi um dos melhores momentos da graduação na qual certa esperança estava renovada. Ouvir experiências de mulheres que trabalhavam em áreas predominantemente masculinas era gerador de raiva e tristeza, mas também de luta e enfrentamento.

No sétimo período da graduação encontrei dificuldades para localizar uma professora na psicologia que trabalhasse com a temática LGBT. Buscar em outras unidades a orientação adequada era meu objetivo e foi assim que encontrei na Faculdade de Medicina a professora que me orientaria com maestria e uma relação fraterna.

Enquanto eu buscava algum tema de estudo com a população LGBT, a professora que tinha como foco de pesquisa as diversas violências e atuava como psicóloga do Centro de Atenção Integral a Saúde Transespecífica do Hospital das Clinicas – CRAIST revelou que 90% dos usuários do serviço eram homens transexuais e a proposta de pesquisa emergiu neste momento. Mas, homens transexuais? Tudo o que eu não sabia era sobre homens transexuais, todos os livros que lera até então versavam sobre as mulheres transexuais. E foi assim que a pesquisa "Homens trans e violência: um estudo exploratório" se inicia em 2017 e se encerra em 2019 com apresentação de seus resultados em diversos congressos, nacionais e internacionais, com a produção de uma monografia que se tornou por este tempo a minha paixão. Estar inserida

em um serviço público específico tão respeitoso, comandado por mulheres tão humanas, sempre elogiadas pelos usuários e que supriam em certa medida suas demandas, era motivo de imensa felicidade e orgulho.

Quanto mais eu submergia nesta vastidão de heterogeneidade que é a população de homens transexuais, mais dúvidas eu tinha e, juntamente com os resultados da monografia, eu decidi que precisava de mais. Foi então que uma nova busca por um orientador começou e várias foram os professores investigados e Lattes consultados. Por fim, deparei-me com a *homepage* do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS-USP-CNPq)[1], https://sites.usp.br/lepps/

Verifiquei que, vinculado ao LEPPS, existe o Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero (VIDEVERSO), que tem como objetivo qualificar o debate contemporâneo no contexto das diferenças relacionadas às relações de gênero e à sexualidade no âmbito da população LGBTQIA+ – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e demais orientações de gênero e identidades sexuais – por meio de pesquisas e atividades acadêmicas e de intervenção na comunidade, com o propósito de criar referências para pautar as *práticas psis* em moldes não heterocisnormativos e sob um olhar intersecional e não patologizante.

O LEPPS é coordenado pelo Prof. Manoel Antônio dos Santos e pela Dra. Érika Arantes de Oliveira-Cardoso. Entrei em contato com o Prof. Manoel e tive a oportunidade de expor a ele meu desejo de prestar o processo seletivo do Mestrado e ingressar no Programa de Pós-

[1]O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS-FFCLRP-USP-CNPq) https://sites.usp.br/lepps/ foi fundado em 1995. Vinculado ao Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, é coordenado pelo Prof. Dr. Manoel Antônio dos Santos e pela Dra. Érika Arantes de Oliveira-Cardoso. O LEPPS tem como meta a integração de docentes e discentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, além de estabelecer parcerias com docentes e discentes de outros programas e instituições do país e do exterior, com vistas à internacionalização. Caracteriza-se como um laboratório dedicado ao estudo, pesquisa e intervenção psicológica em temáticas relacionadas à Psicologia da Saúde e Diversidade Sexual e de Gênero. A pesquisa se volta à investigação de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero (homossexualidades, transgeneridades, intersexualidades), novas configurações familiares e adoção, bem como narrativas de luto, sofrimento e esperança no contexto das doenças crônicas não transmissíveis (câncer, diabetes *mellitus*, anorexia nervosa e bulimia, obesidade) e transplante de medula óssea/transplante de células tronco-hematopoéticas. Vinculados ao LEPPS encontram-se os grupos: VIDEVERS0 – Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero, https://sites.usp.br/lepps/videverso-2-2/; LUTE – Lutos e Terminalidades: Grupo de Pesquisa e Intervenção, @luteusp; e o Grupo Masculinidades, https://sites.usp.br/lepps/masculinidades/ . Os integrantes do LEPPS são docentes, alunas(os) da graduação de diversos cursos, pós-graduandas(os), pós-doutorandas(os) e profissionais da área de saúde, contempladas(os) com bolsas de agências de fomento (CNPq, FAPESP, CAPES), além de auxílios de programas como Aprender com Cultura e Extensão e Projeto Unificado de Bolsas de Estudos para Estudantes de Graduação (PUB) da Universidade de São Paulo. As(os) pesquisadoras(es) desenvolvem projetos nas vertentes de ensino, pesquisa, cultura e extensão, contribuindo para o expressivo número de pesquisas que são realizadas, em diferentes contextos e temáticas, e que já resultaram em mais de 600 artigos científicos, além de livros e capítulos.

Graduação (PPG) em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Uma vez estabelecido o primeiro contato, iniciamos uma série de reuniões, ainda a distância, com vistas a desenvolver o projeto de pesquisa para fins de ingresso junto ao Programa. Essa interlocução nos permitiu delinear e conceitualizar o projeto, definir o objeto da investigação e a pergunta de pesquisa, estruturar os objetivos e o método.

Após algum tempo de trabalho compartilhado, o projeto de pesquisa foi concluído e submetido à avaliação da comissão de seleção do Programa, como parte das exigências para o ingresso. Para minha felicidade, em novembro de 2019 fui aprovada no processo seletivo e me tornei aluna regular do PPG em Psicologia.

Dei início ao novo desafio a que me propus. Passei a frequentar o *campus* de Ribeirão Preto e a contar com o acolhimento das(os) colegas do LEPPS, do VIDEVERSO e do Grupo Masculinidades. Tornei-me membro destes grupos e comecei a frequentar as reuniões periódicas e a participar de diversas ações desenvolvidas. Tornei-me assídua integrante e colaboradora da rede de pesquisa, com suas várias atividades acadêmicas e científicas, incluindo apoio a disciplinas e estágios profissionalizantes de alunas(os) do curso de graduação. Tenho orgulho de ser uma das colaboradoras que ajudam a escrever a história do LEPPS a cada dia.

Este foi o caminho trilhado que pavimentou a elaboração desta Dissertação de Mestrado, fruto deste percurso compartilhado e que, com muito orgulho, passo a apresentar.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Discutindo cisgeneridade

Retomo e trago luz à discussão sobre o fazer ciência enquanto processo que se constrói por diversas subjetividades atravessadas por marcadores sociais que imprimem posições de poder. Em particular nessa dissertação, trata-se de uma pesquisadora mulher cisgênera em contato e refletindo sobre narrativas e experiências transmasculinas. As considerações acerca da produção do conhecimento, com destaque para a psicologia, surgiram a partir dos movimentos de maior visibilidade social e política de pessoas trans, bem como a ocupação de espaços de saberes legitimados socialmente, a exemplo do espaço acadêmico. Tais críticas contemplam desde o modo pelo qual as narrativas não cisgêneras são exploradas, o uso de pessoas trans como objeto de estudo e negação de suas contribuições teóricas e epistemológicas até a negação de pessoas trans como sujeitos de conhecimentos de si mesmos (Dumaresq, 2014, 2016; Favero, 2020a; Vergueiro, 2012, 2016).

Emerge nos anos 1960 no cenário internacional a palavra *trangender* a fim de diferenciar identidade de gênero de orientação sexual, portanto, em alternativa ao termo biomédico *transexual*. Ambos os termos foram propostos por pesquisadores cisgêneros para denominar o que consideravam um desvio comportamental. Em contrapartida, desde os anos 1990, a comunidade trans gradualmente começou a usar o termo *cisgender* para designar pessoas que não são trans. A diferença ainda atual de popularidade de uso dos prefixos ‘trans’ e ‘cis’ em relação a gênero se relacionam diretamente com os processos de produção de diferenças, usualmente naturalizadores da posição dominante e estigmatizadores da posição dominada (Vergueiro, 2012).

Dessa forma, a palavra cisgênero(a) é hoje um caso bem-sucedido de ocupação epistêmica, de acordo com Dumaresq (2016), porquanto foi adotada pela comunidade trans para designar aqueles(as) que não são tratados(as) como trans pela sociedade, propondo o revés da reflexão em termos de categorias sociais e gerando desconfortos necessários para propiciar reflexões acerca da desigualdade epistêmica, discursiva e estrutural entre estudiosos e estudados.

> Pois, do mesmo modo que a palavra transgênero marca a pessoa como um objeto observado e estudado, para o qual há um corpo de conhecimento descritivo (produzido por pessoas cisgêneras), assim também a palavra cisgênero pressupõe uma pessoa

transgênera que observa, escuta e conhece aqueles tidos como “normais” pela sociedade (Dumaresq, 2016, p. 126).

A cisgeneridade, ou o ser cisgênero, descreve a experiência de se identificar com o gênero atribuído ao nascimento em decorrência da presença de pênis ou vagina associados, respectivamente e como norma, ao gênero masculino ou feminino. Kaas (2012) define como cis – abreviação de cisgênero – a pessoa que foi designada “homem” ou “mulher”, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente, medicamente, juridicamente e politicamente como tal. Já Cabral (2015, p. 15) indica o ser cisgênero como uma categoria relativa “a pessoas cuja referencial do ‘próprio’ sexo coincide com aquele assignado pelos discursos médico e jurídico ao nascer. Distingue binariamente homens ou mulheres, sem abrir margem para outras identificações.”

Destaca-se a ideia de um alinhamento e um efeito de coerência naturalizados, que estabiliza e fixa rigidamente as categorias de homem e mulher pela cristalização da diferença sexual e a força de discursos específicos nos processos de conformação e legitimação dos gêneros, com a deslegitimação e marginalização de outras existências possíveis. Portanto, a cisgeneridade refere-se à naturalização dos modos de organização e regulação do gênero que, imerso nas relações de poderes e saberes que subjugam certas identidades e narrativas em detrimento de outras, é fundamentada pela compulsoriedade (Fuchs, Hining, & Toneli, 2021). O cisgênero, então, é uma categoria pautada no “ser normal”, a regra, o esperado. Não há, portanto, problema em si mesmo, mas se constrói como problema o que não é igual a ele.

Para Bagagli (2016), enquanto a cisgeneridade atua como produtora da coerência sobre o gênero, ocupa uma posição transcendente como o próprio regime de verdade do gênero a partir da qual as identidades trans são capturadas na forma de patologia. Nesse cenário, uma pessoa cis, cuja condição é construída como “alinhada” em relação ao seu próprio corpo e as normas sociais de gênero, consuma o privilégio da legitimação de sua identidade (Kaas, 2012). Para Sant’Anna (2017), torna-se necessário pensar os efeitos da cisgeneridade em uma sociedade que pouco ou mal reconhece outras experiências de gênero que desviam deste marco, e tal condição sociopolítica “reforça a ideia de que só se necessita explicar aquilo que cruza a linha, nunca aquilo que não cruza, que deixa de cruzar” (Rodovalho, 2017, pp. 368-369).

Nesse contexto, é preciso atentar para as posições ocupadas pelas subjetividades envolvidas no processo de pesquisa e suas ocupações sociais que se mantiveram em diálogo, noção que reencontra a tradição harawayana (Haraway, 1995), sob a afirmação de que não há imparcialidade na ciência, aplicando-se sempre uma análise localizada. Observa-se, portanto,

que todos os lugares de enunciação são relacionais e não meramente afirmativos, conforme destaca Favero (2020a, p. 412) em sua análise sobre a cisgeneridade como a fundamentação da ciência e suas perspectivas:

> Ademais, não é que a cisgeneridade seja puramente um tipo de ciência, ela tem sido a ciência em si. [...] E dizer que ela é uma representação científica não significa reconhecê-la como tal, mas aprisioná-la em sua própria contingência. É dizer que não há nada de neutro em uma abordagem que foi pensada, feita e articulada para funcionar com determinado indivíduo.

Segundo Dumaresq (2014), pertencer ao padrão e à norma pressupõe que as falhas são circunstanciais, enquanto que, para a pessoa "anômala", são os acertos que são circunstanciais. Tal apontamento evidencia que comportamentos e hábitos de pessoas cisgêneras relacionadas ao gênero são lidas como habitual, normal e comum, enquanto as mesmas preocupações vivenciadas por pessoas trans são concebidas como esforços exacerbados a fim de reiterar noções de gênero, especialmente no período pós-transição. Portanto, a ideia de discutir a respeito da "cisgeneridade" busca refletir sobre um lugar de enunciação habitual que cotidianamente inscreve as vivências trans e as caracteriza como patológicas, falsas, confusas, imorais, irreais e ilegítimas, instituídas, propagadas e consolidadas com o amparo da psicologia (Fuchs et al., 2021).

Assume-se, dessa forma, que o olhar de pesquisadores cis constrói e/ou limita as experiências trans, destacando que a produção de sentido sobre transexualidade não é feita somente por pessoas trans, ao contrário, é construída de forma violenta na maioria das vezes e a partir das instituições normativas ocupadas por pessoas cisgêneras. Favero (2020a) aponta a normatividade como ação cúmplice de resgate de uma suposta ordem. Nesse sentido, este estudo não pretende corroborar a propagação de qualquer forma de violência.

Vergueiro (2012) analisa o papel da cisgeneridade na produção de saberes sobre as vivências de pessoas trans e sua relação com os processos de colonização dos corpos e das subjetividades, tomando colonização na sua acepção mais ampla, de colonização cultural, do saber, e colonização existencial dentro de um sistema. Nesse sentido, a autora defende a cisgeneridade como categoria analítica útil para promover reflexão interseccional que inclui a identidade de gênero dentro das lutas opressivas e anticoloniais.

A proposta de Vergueiro (2012) é questionar a noção ficcional que fundamenta o gênero, o que inclui problematizar a ideia de homens e mulheres legitimados pela biologia, ou

seja, a própria cisgeneridade, uma vez que sua biologia se assenta também sobre esta ficção. Nesse sentido, também se denuncia a transfobia, que desumaniza individualidades transgêneras e não-cisgêneras.

> A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero [...] Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo (Vergueiro, 2014, p. 16).

Vergueiro (2012) conceitua a cisgeneridade como uma estrutura epistemológica necessária para a reflexão sobre hegemonia sem classificar o não hegemônico como um "problema". Propor a descentralização dos gêneros a partir da exposição da cisgeneridade como apenas mais uma possibilidade de interpretação de gênero, e não uma premissa a partir da qual se define o que seja normal, verdadeiro e, portanto, legítimo, aponta um caminho analítico no qual se torna possível equiparar as perspectivas trans e não cisgêneras às normas cisgêneras dominantes. Afinal, utilizar o conceito analítico de cisgeneridade com o objetivo de desautorizar discursos e práticas que naturalizem a norma cisgênera e avaliem as vivências transgêneras e não-cisgêneras como posições marginais e de resistência à dominação colonial cisgênera permite

> [...] que nos afastemos da construção de um saber sobre as transgeneridades e não-cisgeneridades que seja amigável, respeitável e corroborado pelas 'instituições cisgêneras', e que definamos um horizonte de possibilidades que as tenham como posição privilegiada a partir da qual se podem compreender criticamente os sistemas de poder em relação a gênero (Vergueiro, 2012, p. 5).

Vergueiro (2014) afirma que a cisgeneridade se fundamenta a partir de três eixos ou ideologias de gênero: o gênero como algo pré-discursivo, ou seja, que os corpos já trazem a mensagem de qual é o gênero deles; gênero como algo binário, excluindo todas as perspectivas de gênero não binárias; e pensar a ideia que o gênero seja algo permanente nas vivências das pessoas. Esses três pilares configuram o que a autora caracteriza como a cisgeneridade ou cisnormatividade. Nesse contexto, a autora propõe pensar em "Cis-sexismo" ao invés de

“Transfobia”, sugestão que objetiva enfatizar o caráter “sistêmico, estruturante, institucionalizado das formas de inferiorização das pessoas trans, porque transfobia muitas vezes é associado a um comportamento individualizado, patológico e não se vê o sistema que cria o sujeito transfóbico” (Vergueiro, 2014, p. 20). Portanto, para Vergueiro (2016), a consideração da cisgeneridade e da cisnormatividade deve estar atrelada a uma percepção crítica desses projetos coloniais como limitadores e desumanizadores de um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero não normativas ou que se distanciam dos padrões da cisgeneridade.

Dado que a cisgeneridade instaura uma norma prescritiva do ser, aloca-se à margem tudo o que não a escolta, como a transexualidade. Por isso, adapto a asserção de Dumaresq (2016, p. 123) quanto à prática cisnormativa da psicologia clínica ao contexto da pesquisa: não é possível que uma pessoa trans entre em uma narrativa cujo objetivo é a produção de uma ciência (fundamentalmente cis) nas mesmas condições que uma pesquisadora cisgênera, pois “a relação já está marcada pela violência institucional, social e epistêmica”.

> É muito comum que o interlocutor cisgênero queira atribuir todos os problemas da travesti na sociedade como se ele mesmo não tivesse vínculo algum com questões de transfobia onipresente. É esse tipo de silenciamento epistemológico e de objetificação que essa atitude produz, pois ainda que seja permitido que a travesti fale de si, ela não tem permissão para construir relações entre a pessoa cisgênera e a sociedade problema (Dumaresq, 2016, p. 129).

Ainda, acomodo ao presente contexto a seguinte questão, proposta por Dumaresq (2016, p. 125): como um psicólogo que não é interpelado socialmente como um homem trans escutará uma pessoa que traz para o consultório uma vida marcada pela inadequação social? A autora afirma que é preciso transformar as pessoas trans em agentes de escuta que as mesmas se supõem ser, compreendendo a presença de dois sujeitos de conhecimento em tal relação, na qual ambos podem ser objeto de conhecimento de si mesmos e podem, reciprocamente, predicar o outro, ou seja, construir saberes sobre o outro.

Collins (2016) comenta a possibilidade de potência epistemológica referida como *outsider within* – ou “estrangeira de dentro”, em tradução livre. Potência que se relaciona à capacidade de produção do conhecimento estando “dentro” e “fora” dos diversos sentidos de produção. Quando há inclusão da análise de pessoa cisgênera em uma construção sobre a transexualidade, inverte-se o sentido de produção, podendo revelar aspectos da realidade

obscurecida por abordagens mais ortodoxas, no caso, a isenção da cisgeneridade em tal processo violento da constituição da transexualidade como patologia, anormalidade, desvio social e moral. A autora afirma que tal epistemologia analítica tem a potencialidade de interpelar um estrato social que usufrui dos benefícios do *insiderism* – nesse caso, da cisgeneridade – e que nunca se sentiu confortável com as suposições consideradas como certas, tendo em vista que "a cisgeneridade não diz respeito apenas a um processo subjetivo, mas a uma ordem política" (Favero, 2020b).

Propõe-se, então, alcançar uma relação horizontalizada, ao contrário da hierarquização que pressupõe o pesquisador como normal, detentor do conhecimento sobre si e sobre a pessoa trans que o aloca na periferia do problema investigado, "valoriza a experiência direta da travesti não pelo viés da auto-identificação, mas pelo viés de suas alianças identitárias com 'iguais', suas alianças e estratégias de sobrevivência que provavelmente e frequentemente excluirão a pessoa cisgênera" (Dumaresq, 2016, p. 130). Nessa direção, Vergueiro (2014) afirma a necessidade de valorização de conhecimentos acadêmicos produzidos por pessoas e comunidades trans sobre si mesmas e suas experiências, assim como em outras áreas que não a transexualidade, promovendo processo de igualdade que descolonize o saber cis como legítimo.

Ao refletir sobre vidas construídas sob o regime de violências, depreende-se a necessidade urgente de apontar e considerar a posição de normalidade destinada ao pesquisador cisgênero atrelada aos privilégios resultantes, que o impedem de se perceber não como parte exclusiva da solução, mas como um corpo também circunscrito em uma subjetividade definida desde sempre pela inteligibilidade e racionalidade que ainda insistem não haver nas pessoas trans.

1.2 Patriarcado, masculinidades e subjetivação

Scott (1995, p. 86) propõe uma definição de gênero a partir da conexão integral entre duas proposições: "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder". Fundamentalmente, "o gênero é um campo primeiro no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado" (p. 88).

Desde a difusão do conceito de gênero enquanto uma forma analítica de pensar as relações entre homens e mulheres, a noção de patriarcado passou a ser questionada, acusada fundamentalmente de ser uma maneira universal de relações de gênero, ahistórico e insuficiente para tratar das relações de gênero e que, portanto, lidava de forma única com as relações de

poder entre homens e mulheres nos diferentes contextos e lugares (Motta, 2018). Embora sejam termos distintos, gênero e patriarcado não são antagônicos e podem ser utilizados com teor de complementaridade. É certo que o gênero assume forma mais ampla, genérica, atemporal, enquanto que o patriarcado assume forma mais específica, associado ao capitalismo e, portanto, referenciando um determinado período, "deixando, propositalmente implícito o vetor da dominação-exploração" (Safiotti, 2015, p. 148) entre homens e mulheres (Julião & Dutra, 2020, p. 204).

> Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade apresenta alto grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, [...], perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão (Saffioti, 2015, p. 148).

Segundo Delphy (2009), o conceito de patriarcado tem três momentos principais na história da ciência. No primeiro, refere-se à forma de organização social na antiguidade, e deriva da ideia de *pater familia*. No entanto, o sentido não é alocado como biológico, mas como de autoridade, na realidade, mas sempre concedida ao homem. Em um segundo momento, no século XIX, autores socialistas inverteram o sentido otimista do conceito de patriarcado, criticando-o e o concebendo como uma forma de dominação. A partir do movimento feminista, na década de 1970 em um terceiro momento concebe-se o conceito de patriarcado na mesma conotação do conceito de *pater familia*, porém, denunciado-o como um sistema de opressão das mulheres.

> Os elementos conservadores, como os mitos religiosos e as ligações de parentesco, são, à falta de provas mais concretas, os últimos vestígios da grande evolução histórica que originou o patriarcado, progressivamente e por etapas muito lentas, e, sem dúvida, em épocas diferentes consoantes à região, e que instaurou a sujeição da mulher ao homem (Millet, 1974, p. 81).

O conceito de patriarcado na teoria feminista, segundo Christine Delphy, remete a

> [...] uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 1970, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões "subordinação" ou "sujeição" das mulheres, ou ainda "condição feminina" (Delphy, 2009, p. 173).

Heleieth Saffioti, uma das teóricas do campo do feminismo brasileiro, transita na contramão ao utilizar o conceito de gênero ao mesmo tempo que insiste na utilidade do conceito de patriarcado para análise das relações entre homens e mulheres. Sua ideia não é aplicá-lo sem considerar as críticas epistemológicas, mas questionar sua validade universal e delimitar suas fronteiras históricas. Para Saffioti (2015, p. 47), patriarcado: "[...] como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens [...]", enquanto gênero diz respeito a uma categoria histórica, a construção social do feminino e do masculino, que não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre os próprios homens e as próprias mulheres (Saffioti, 2015). Na concepção da palavra, o patriarcado associa-se à "autoridade do pai", portanto, define-se a existência da dominação masculina e opressão feminina: o homem é detentor do poder (Julião & Dutra, 2020).

Se o Brasil for tomado como uma fronteira histórica, o termo patriarcado deve ser desvelado a partir da especificidade da nossa formação social, como o fez Saffioti, segundo Motta (2018).

> Por que se manter o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...] 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (Saffioti, 2015, p. 60).

De acordo com a autora, as relações de gênero são engendradas pela ordem patriarcal, enquanto processo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços da sociedade e fundamenta-se na ideologia da violência contra as mulheres. Uma das consequências de tal processo é a entrega de direitos sexuais, quase que irrestrito, dos homens sobre as mulheres. As investigações acerca de tal relação apresentam uma lacuna quando essas relações são

investigadas apenas na lógica cisgênera. Ainda, compreende-se que, enquanto um sistema anterior ao capitalismo, o patriarcado se molda para coexistir e potencializar os processos de dominação/exploração.

O patriarcado não é o único estruturador da sociedade, que se fundamenta, segundo Saffioti (1987), na fusão entre patriarcado-capitalismo-racismo, resguardando-se suas divergentes origens, mas estabelecendo sua fusão e retroalimentação. A ideia, desenvolvida pela autora, denominada de "ideia do nó" emerge a partir de tais considerações:

> O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe + social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão […] Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (Saffioti, 2015, pp. 122-123).

Tal concepção é interessante pois permite refletir acerca das estruturas sociais e da mobilidade entre elas, destacando as noções de diferença e desigualdade. Ainda que tais relações sejam estruturantes na sociedade brasileira, permitem identificar outras formas de diferenciação, como linhas que passam entre esse nó frouxo, tais como: geração, sexualidade, religiosidade, nacionalidade (Motta, 2018). A questão que se apresenta é a relação entre diferença e desigualdade: "a diferença pode se tornar desigualdade a depender do contexto em que se estrutura" (Motta, 2018, p. 158).

Segundo Saffioti (2015), portanto, os conflitos gerados são inerentes ao modo de produção capitalista e à inferiorização da mulher nesse processo está intrinsecamente ligada à estrutura do capital. Na economia feminista, por exemplo, considera-se o trabalho fundamental ao desenvolvimento da vida e indispensável para a subsistência, assim como os trabalhos apontados como duros ou desagradáveis. Esses últimos, apesar de desvalorizados, encontram-se listados na ordem econômica, enquanto o primeiro não apresenta nenhuma valorização por não ser reconhecido como categoria econômica, não sendo nem mesmo denominado de trabalho (Bengoa, 2014). Nesse contexto, é pertinente uma aproximação ao conceito da literatura feminista de divisão sexual do trabalho.

> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um de mulher) (Kergoat, 2003, pp. 55-56).

De acordo com Oliveira (2019), o termo divisão sexual do trabalho foi cunhado pela teoria feminista na década de 1970, e pretende elucidar a situação precária da mulher no modo de produção capitalista, indo além da esfera econômica e analisando as relações sociais, as quais envolvem as questões socioculturais a partir da perspectiva de hierarquização e separação entre os sexos.[2] Os homens, e o próprio mercado, se beneficiam e se apropriam de posições sociais superiores, garantindo salários elevados, cargos reconhecidos, promoções no ambiente de trabalho, entre outros, enquanto as mulheres se localizam em ofícios profissionais inversos – inferiores, constituídos pela desigualdade salarial, trabalhos informais, condições precárias e inadequadas de trabalho, entre outras características (Duarte & Spinelli, 2019).

Cisne e Santos (2018) entendem que a divisão sexual do trabalho, ainda que em todo o tempo preserve os princípios da hierarquia (homem sobre mulher) e da separação (o que é de homem e o que é de mulher), está sujeita a transformações, moldando-se ao contexto cultural, social e econômico de cada época, concordando com Connell (1987) ao destacar que as relações de poder entre homens e mulheres, ainda que assimétricas, não são fixas e imutáveis, dando margem para a negociação e para a mudança. Para Saffioti (1992), a saída está na destituição do sistema capitalista de produção, porém, com ressalvas de que não é apenas econômico o problema das mulheres no referido sistema, sendo necessária uma desmistificação dos padrões sociais e culturais no qual as mulheres estão inseridas.

A partir de tais colocações, entende-se que há privilégios sociais destinados aos homens decorrentes de uma sociedade patriarcal que é excludente em relação às mulheres. A

[2] Nesse momento da literatura, utilizava-se ainda o termo sexo para construir a diferenciação entre homens e mulheres, contudo, a ideia não se inscreve puramente no terreno biológico, mas se encontra na elaboração social, que não naturaliza sexo, mas o compreende como processos de caráter histórico. Saffiotti opta por adotar o conceito de relações de gênero em 1992 com base em Foucault, considerando que relações sociais são relações de poder, presentes nas relações de gênero, ainda que em doses desiguais; e as constelações dispersas de relações desiguais são construídas discursivamente em campos sociais de força (Oliveira, 2019).

constatação dos privilégios dos homens em uma sociedade orientada pela ordem de gênero tem, segundo Figueroa-Perea (2004), gerado importantes contribuições analíticas. Entretanto, quando tomada de forma acrítica, tal afirmação impede o reconhecimento de que o exercício do poder pelos homens pode trazer efeitos negativos associados (ou desvantagens) como consequência, o que será discutido adiante.

O conceito de "dividendo patriarcal" que Connell (1995) apresenta refere-se às vantagens sociais reservadas aos homens, tais como renda superior à renda média das mulheres, acesso aos lugares de representação política, controle da riqueza empresarial e controle dos meios reprodutores de violências, prestígio e honra social. Esses grupos são marginalizados quando vistos pela lente de uma análise interseccional de classe e etnia. Para as mulheres, restam os salários menores ou trabalhos domésticos não pagos, a violência doméstica e os crimes de feminicídio que mantém os homens no controle das parceiras, além do cuidado das crianças, a negação de acesso à política e a carreiras em cargos de chefia, a violência sexual e a desconfiança social do seu caráter. Essas "características", tão produzidas como distintas, são fundamentais para a manutenção e reprodução da dinâmica de desigualdade de poder entre homens e mulheres e de violências como o machismo, enquanto conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que manifestam a superioridade dos homens sobre as mulheres em contextos de vida considerados relevantes na sociedade (Thürler & Medrado, 2020).

Para Medrado e Lyra (2008, p. 826), "a dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, mas uma constelação de autores, que inclui, além dos homens, a mídia, a educação, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas". Nesse argumento, parte-se da perspectiva de que o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas como os homens interiorizam, individualizam e o reforçam, mas também nas e pelas instituições sociais.

Segundo Oliveira (2019), Saffiotti não apenas descreve o patriarcado como herança colonial escravocrata, como entende que esse legado vai além, ao reproduzir ainda nos dias de hoje um padrão contemporâneo no que se refere à virilidade e à masculinidade, questões centrais para a perpetuação de tal sistema.

> O poder do macho, embora apresentando várias nuanças, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma

ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa (Saffioti, 1987, p. 16).

Nesse contexto, Saffioti (1987) argumenta:

> Ficou claro por que não se pode escrever um livro sobre a mulher, deixando de lado o homem. Da mesma maneira, seria impossível escrever sobre o homem sem mencionar a mulher. Se cada um destes seres situa-se, socialmente, em diferentes polos da relação de dominação-exploração, não se pode abordar um, esquecendo o outro. É a relação que importa, na análise dos fenômenos sociais. E esta relação, quer quando se examinam as categorias de sexo, quer quando se analisa a convivência de distintas raças no Brasil e em muitos outros países, caracteriza-se como uma relação de dominação-exploração (Saffioti, 1987, p. 29).

Portanto, é necessário investigar de que maneira os homens e as masculinidades são beneficiadas dentro do contexto do patriarcado. Vários autores – dentre eles, Almeida (1995), Arilha, Ridenti e Medrado (1998) e Connell (1995) – consideram que o interesse atual pela masculinidade como objeto de estudo teve sua origem histórica na década de 1960, tomando maior fôlego e destaque a partir de 1980, especialmente com a instituição do movimento feminista e a necessidade crítica de uma tomada de posição frente às dissimetrias sociais baseadas na diferenciação sexual; assim como ocorreu com o chamado, na época, “movimento gay”, que exigiu uma nova reflexão sobre as identidades sexuais.

Na década de 1970, em meio às lutas feministas e homossexuais, o “papel masculino” era compreendido a partir de um conjunto de expectativas, normas e atitudes que definiam a masculinidade apropriada. Nessa teoria, a ação está ligada a uma estrutura definida pela diferença biológica instaurada com base na dicotomia macho/fêmea e não a uma estrutura definida pelas relações sociais. De acordo com Connell (1995), tal conceito é simplóriom, pois não abarca discussões relacionadas ao poder, à violência, à desigualdade material ou as múltiplas formas de masculinidades e suas complexidades, que culminam em estratégias limitadas de mudança.

De acordo com Almeida (1995), para compreender a diversidade no contexto da masculinidade, é preciso entender as práticas discursivas em sua expressão (verbal, incorporada ou ritualizada), de valorações morais sobre o que é ser homem (e ser mulher), que estabelecem e reproduzem hierarquias entre as pessoas. Dessa forma, as definições de masculinidade têm

sido fundamentadas a partir de diferentes estratégias ao longo das décadas, sendo essas: (1) essencialistas, considerando que uma característica essencial define o núcleo do masculino, e emerge na vida dos homens; (2) positivistas, as quais enfatizam os fatos a partir de bases lógicas; (3) normativas, que oferecem um padrão normativo que estabelece o que os homens devem ser e (4) abordagens semióticas, que definem a masculinidade por meio de um sistema de diferença simbólica no qual os lugares masculinos e femininos são contrastados.

Masculinidade, em breve definição, é concomitantemente um lugar onde homens e mulheres se envolvem nas relações de gênero, práticas generificadas e efeitos de tais práticas experienciadas na corporalidade, personalidade e cultura (Connell, 2005). Em ampla definição, masculinidade refere-se a "uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero" (Connell, 1995, p. 188). A *configuração de práticas* define o que as pessoas realmente fazem, em suas ações, e não o que se espera que elas façam. A *posição dos homens* reflete as relações sociais e a corporalidade masculina, entendendo que os corpos e sua materialidade são referidos nas práticas sociais. As *estruturas de relações de gênero* enfatizam a ampla estrutura que o gênero engloba, como a economia e o Estado, a instituição familiar e a sexualidade em suas dimensões interculturais.

É primordial enfatizar a dimensão relacional do conceito de gênero, o qual não é possível ser pensado enquanto uma entidade ontologicamente autônoma, mas como efeito de relações sociais entre homens cisgêneros, entre mulheres cisgêneras e entre homens e mulheres cisgêneros, ainda que isso não implique no sentido de complementaridade, mas em assimetria de poder (Medrado et al., 2016; Scott, 1995). Portanto, a primeira ideia a se pensar é que masculinidade não existe, exceto em contraste com a feminilidade. Nesse sentido, reconhecer a dimensão relacional do gênero – e do feminino/masculino – é necessário para identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais orientadas pelas desigualdades de gênero (Medrado & Lyra, 2008).

Connell (2005) articulou um modelo de compreensão da constituição da masculinidade que envolve poder, produção e desejo afetivo. As *relações de poder* são o principal eixo na ordem de gênero, que corresponde à subordinação geral das mulheres sob o domínio dos homens – patriarcado – definindo um problema de legitimidade que tem grande importância na manutenção da política da masculinidade. As *relações de produção* implicam na divisão do trabalho por gênero, que reflete em taxas salariais desiguais e um processo de acumulação favorável aos homens. Portanto, uma parte da construção social da masculinidade é o controle das grandes corporações e das grandes propriedades privadas. O *desejo afetivo* refere-se às

práticas que moldam o desejo a partir do aspecto da ordem do gênero. Pode-se questionar, por exemplo, sobre as relações envolvidas: se são consensuais ou coercitivas, se o prazer é igualmente dado e recebido. Esses são os pilares que fundamentam o conceito de masculinidade e suas práticas no Ocidente.

Hegemonia significa, na esteira da teoria formulada por Gramsci, que a ascendência social é alcançada por meio da interação das forças sociais, nas lutas de poder na organização da vida privada e dos processos culturais (Connell, 1987). O conceito de *masculinidade hegemônica* foi cunhado na década de 1990 objetivando descrever como as relações patriarcais são legitimadas socialmente a partir de uma masculinidade normativa, que "incorpora a forma mais honrada de ser um homem" por meio da subordinação de outros homens e de um padrão de práticas que são realizadas na ação social, que permitem a continuidade da dominação sobre as mulheres (Connell & Messerschmidt, 2013, p. 245).

As masculinidades estão sempre em mudança e um aspecto fundamental que aponta para esse caráter mutável é a luta constante pela hegemonia, entendida como "homens que lutam por domínio através da definição social da masculinidade (Connell, 1995, p. 191). Pertencer a um grupo hegemônico garante o acesso a recursos materiais e psicológicos, entretanto, as condições que fundamentam a hegemonia estão em constante alteração e, dessa forma, características da masculinidade hegemônica estão sujeitas à contestação ou transformação.

Nesse ponto, é importante apontar para a masculinidade hegemônica como um conceito que não se apresenta estatisticamente, notando que sua constituição é histórica e deve-se levar em conta o efeito das transformações sociais nas definições de masculinidades. Segundo Connell (1987), a *masculinidade hegemônica* encontra-se na base da subordinação das mulheres e da posição inferior que elas ocupam na sociedade, ao mesmo tempo que potencializa também a subjugação dos homens, porquanto subordina (e reprime) as masculinidades alternativas ao modelo ideal dominante.

Pesquisadores da temática revisaram esse conceito inicial, que definia apenas uma forma de masculinidade como dominante. Na reformulação do conceito, concluíram que a masculinidade hegemônica não é o padrão de práticas dos homens nas suas vidas cotidianas, mas é fonte de inspiração por meio de modelos de homens que exprimem autoridade a partir das normas sociais; a masculinidade hegemônica é reconstruída historicamente tanto em níveis institucionais quanto locais; padrões de masculinidades hegemônicas podem incorporar práticas de outras masculinidades; masculinidades hegemônicas são formadas através de uma relação desigual e hierárquica entre masculinidades e feminilidades, e por meio desta relação legitima-

se a desigualdade de gênero (Connell & Messerschmidt, 2013; Messerschmidt, 2012). Em suma, masculinidade hegemônica refere-se a um objetivo aspiracional de masculinidade em vez de uma realidade vivida por homens comuns, e é este o modelo conceitual que será adotado nesta dissertação.

Wetherell e Edley (1999) afirmam que não se pode aceitar a existência de apenas uma masculinidade hegemônica, uma vez que há uma multiplicidade de hegemonias que criam sentidos relevantes para a construção de identidades masculinas e a recusa ou adoção das práticas hegemônicas podem ser encontradas juntas em cada homem. Contudo, "homens" enquanto grupo não são oprimidos, nem ocupam posição de desvantagens sociais, e a masculinidade hegemônica não é uma identidade estigmatizada. Ao contrário, a cultura trata de privilegiá-los.

Por outro lado, Halberstam (1998) afirma que, além do privilégio e poder concedido aos homens, a masculinidade se apresenta também como um fardo. O dano infligido a si mesmo por meio dos esportes e a violência extrema dirigida aos outros são exemplos. O autor afirma que é difícil enfatizar este lado danoso da masculinidade para os homens quando a consequência desta é ainda maior para as mulheres, alvos de seu desejo destruidor, entendendo que esse duplo mecanismo de falta de cuidado é uma das principais características da naturalização da masculinidade branca exercida por homens. Halberstam propõe o boxe como metáfora do poder exercido pela masculinidade dominante sobre as subalternas:

> Embora o boxeador branco espancado receba grandes quantidades de abuso no ringue, ele também consegue sair triunfante todas as vezes. Ele absorve os golpes, resiste à tempestade e, nos filmes de boxe, ele inevitavelmente vence as decisões. Isso não é diferente da estrutura da masculinidade masculina branca, que parece imune a críticas ou ataques e mantém hegemônico balançar apesar de todos os desafios ao seu poder (Halberstam, 1998, p. 275).

Nesse sentido, diferentes masculinidades são produzidas em um mesmo contexto social, incluindo relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Ainda, entende-se que qualquer forma de masculinidade é complexa e contraditória, compreendendo a existência de inúmeras configurações de relações de gênero. Por essa razão, deve-se falar em masculinidades. Os modelos de masculinidades podem ser – e invevitavelmente serão – diversos.

A partir de tal lógica, Connell e Messerschmidt (2013, p. 267) propõem a investigação das masculinidades em três níveis:

> 1. Local: construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações e comunidades imediatas, conforme acontece comumente nas pesquisas etnográficas e de histórias de vida;
> 2. Regional: construídas no nível da cultura ou do estado-nação, como ocorre com as pesquisas discursivas, políticas e demográficas; e
> 3. Global: construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais, como ocorre com os estudos emergentes sobre masculinidades e globalização.

A masculinidade no nível local é delimitada pelas interações mais próximas que o sujeito apresenta. No nível regional há condutas postas como desejáveis, que se referem às realidades sociais das masculinidades daquele local e daquele tempo com grande intersecção cultural. As masculinidades hegemônicas globais, por serem estabelecidas mundialmente, pressionam as masculinidades hegemônicas regionais e locais, e essas fornecem materiais culturais retrabalhados para a arena global e os utilizam nas dinâmicas locais de gênero (Messerschmidt, 2012). Portanto, os três níveis de construção de práticas e ideias de masculinidade hegemônica se inter-relacionam em um exercício de contradição e reconstrução do ideal postulado pela masculinidade hegemônica.

Connell (1995) entende que tais relações que constituem as masculinidades são dialéticas, portanto, não correspondem ao sentido de unicausalidade de um modelo de socialização.

> Reconhecer a diversidade em masculinidades não é suficiente. Temos também de reconhecer *as relações* entre os diferentes tipos de masculinidade: relações de aliança, domínio e subordinação. Estas relações são construídas através de práticas que excluem e incluem, que intimidam, exploram, e assim por diante (Connell, 1995, p. 37).

Uma masculinidade específica é constituída em relação a outras masculinidades e à estrutura da relação de gênero como um todo. Ao reconhecer diferentes tipos de masculinidades não se deve tomá-las como categorias fixas.

Para Connell (1987), as características das masculinidades não são dadas, mas sim emergem do regime de gênero estabelecidos nas diversas culturas e contextos. A principal característica da masculinidade hegemônica é a dominação dos homens sobre as mulheres e, consequentemente, sobre as masculinidades alternativas, como as "masculinidades afeminadas". Connell (2005) ressalta ainda algumas características entendidas socialmente como fundantes da masculinidade, identificadas a partir de estudos empíricos: o trabalho do homem (ou a ausência deste) e a capacidade de sustentar sua família; a violência como forma de adquirir respeito e poder dos outros homens, entendendo que há uma "obrigação" em responder à violência ou se defender; a heterossexualidade que disciplina o corpo masculino; a racionalidade colocada como característica essencialmente masculina; distanciamento da esfera doméstica e aproximação com a vida pública. Em específico, o trabalho não apenas se localiza como uma fonte de renda, mas uma função de validação ou reforço da virilidade ou seu questionamento.

Nesse sentido, a partir do repúdio a tudo o que é feminino valoriza-se a aprovação constante dos homens por outros homens, processo que institui constante observação e avaliação por outros homens e cuja função é validar o exercício da masculinidade (Kimmel, 2016). Dessa forma, masculinidades hegemônicas são produzidas em relação a outras masculinidades e aqueles que rejeitam o padrão hegemônico têm de lutar ou negociar a sua saída, não sem consequências repressoras e/ou punitivas.

Além do contraponto da feminilidade, a masculinidade também se contrapõe à homossexualidade (Medrado & Lyra, 2002). Ou seja, na cultura contemporânea, ser "homem de verdade" implica não somente em não ser mulher, mas também e, principalmente, não ser homossexual ou, mais precisamente, não ser penetrado. Historicamente, a relação entre a masculinidade hegemônica e a homossexualidade masculina tem envolvido a criminalização do sexo entre homens, intimidação e violência. Isso porque entende-se que lhes faltam masculinidade em decorrência de sua sexualidade. Moldar as percepções sobre a homossexualidade ilustra um dos efeitos dessa hegemonia. Além disso, a masculinidade hegemônica é também uma presença institucional e cultural sobre práticas coletivas, e homens gays ou bissexuais também podem reproduzi-la.

A prática homossexual fixa um contorno em relação à masculinidade hegemônica, apresentando a sexualidade como ponto de esquiva no qual o prazer homoerótico é expulso do universo masculino e localizado em um grupo desviante, simbolicamente assimilado a mulheres ou a bestas, como afirma Connell:

> A masculinidade do seu objeto-escolha subverte a masculinidade do seu caráter e presença social. Esta subversão é uma característica estrutural da homossexualidade numa sociedade patriarcal onde a masculinidade hegemônica é definida como exclusivamente heterossexual, e a sua hegemonia estende-se à criação de rapazes. Não se pode se tornar homossexual sem quebrar esta hegemonia de alguma forma (Connell, 2005, p. 162).

A partir dos anos 1980, os denominados *gay's studies* começaram a definir o conceito de homossexualidade para além do conceito de identidade sexual, que compreendia a confluência de identidade e sexualidade, e passaram a descrever os homossexuais como homens "assim como os outros". Como destaca Badinter (1992, p. 115), "mesmo que a homossexualidade seja uma recusa dos papéis sexuais tradicionais, a sexualidade não determina o gênero". Nesse contexto, o sociólogo australiano Dowsett (1996, p. 19) destaca que o homossexual ainda ocupa uma estranha e ambígua posição quando se discute masculinidade: "não estão totalmente dentro, nem estão totalmente fora da mesma". Sendo assim, é importante considerar a história política e acadêmica acerca da mulher e dos homossexuais e sua influência direta em como as ideias acerca de masculinidade se constituíram ao longo das últimas décadas, na definição do conceito contemporâneo de masculinidade e no incentivo aos estudos sobre a condição masculina (Medrado & Lyra, 2002).

Nesse sentido, Connell (1995) destaca o reconhecimento da masculinidade como fundamentalmente plural. Ou seja, a autora enfatiza divergentes direcionamentos de poder que organizam socialmente as masculinidades a partir da referência central à masculinidade hegemônica, visto que "os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de suas sociedades ou de nossas categorias analíticas" (Scott, 1995, p. 88). Nesse sentido, tratando-se de uma construção social, a masculinidade hegemônica tanto é passível de reprodução como de transformação.

Medrado e Lyra (2014) afirmam que os marcadores sociais da diferença e o conceito de interseccionalidade podem ajudar na compreensão da organização social das diversas masculinidades ao refletirem acerca da produção de regimes de verdade sobre o masculino e a regulação de modos de subjetivação masculina. Ao mesmo tempo, defendem a possibilidade de resistência à dominação. De tal forma, estabelece-se utilizar "as masculinidades" como modos de se referir a tais experiências plurais e diversas de exercê-las.

Nesse contexto, há uma dimensão corporal das masculinidades que não pode ser excluída. Um apontamento constante referente às masculinidades retoma a materialidade corporal: ou o corpo conduz e dirige a ação ou estabelece limites à ação. “A constituição da masculinidade por meio da performance corporal significa que o gênero é vulnerável quando o desempenho não pode ser sustentado” (Connell, 2005, p. 54). Tal característica é uma parte estratégica da ideologia moderna do gênero, portanto, é necessário compreender a relação dos corpos dos homens com a masculinidade.

O corpo, propõe Connell (2005), é essencial na construção de masculinidade, mas o que é inescapável não é fixo. O corpo, quando visto no processo social, torna-se parte da história pessoal e coletiva, como possível objeto de política. Isso porque os significados públicos de gênero são instantaneamente fundidos com a atividade corporal. Connell nomeia tal relação de práticas corporais reflexivas, entendendo que elas envolvem relações sociais, simbolismos e instituições sociais de grande escala. Tais práticas corporais reflexivas referem-se mais ao mundo social do que a própria individualidade corporal. Dessa forma, a desconstrução da masculinidade hegemônica relaciona-se com o desenvolvimento de uma experiência particular com o corpo e a sensibilidade. O conceito de “sensibilidade heterossexual”, cunhado por Connell (2005), ilustra uma sensibilidade contraditória, entendida como uma prática social de construção da feminilidade experienciada pelo homem heterossexual.

Acerca das práticas das masculinidades não hegemônicas, Connell (2005) identificou em suas pesquisas certa dinâmica de reconstrução. O contato teórico e prático com as pautas feministas foram essenciais para que os homens se questionassem quanto à sua masculinidade. Tal processo remonta a uma crise existencial acompanhada pelo sentimento de culpa e fracasso por ações e ideias hegemônicas colocadas em prática até então. Procede-se à renúncia dos privilégios masculinos, quando possível, ao tentar conscientemente não dominar discussões e decisões; da sexualidade dominante e da limitação da expressão emocional. A partir do reconhecimento do patriarcado, as principais contribuições que um homem pode dar é abster-se de qualquer ação ou enunciado sexista.

> O momento da separação da masculinidade hegemônica envolve basicamente a escolha da passividade. Uma vez que todos estes homens estavam inicialmente envolvidos com uma masculinidade definida pela dominância e assertividade, esta escolha é susceptível de ser difícil. [...] A renúncia pode ser conduzida como um ato de força de vontade individual, e isto pressupõe o ego masculino que o ato se destina a negar. Ainda assim,

> a renúncia e a negação não são o cerne da questão. Destinam-se a proporcionar o espaço em que novas qualidades pessoais podem crescer (Connell, 2005, p. 132).

Agora os homens podem e conseguem se expressar mais e tomar para si o cuidado com o outro e com as coisas. O desejo de ter melhores relações com outros homens também é expresso e passa a ser permitido, ainda que dentro do limite estabelecido da heterossexualidade. Deve-se repensar tal estratégia individual de recusa da masculinidade hegemônica, pois há um risco político que acabará por ajudar a modernizar o patriarcado ao invés de aboli-lo. Tal lógica individualista localiza a fonte de opressão no sexismo pessoal dos homens. Contudo, tais ações podem transcender na direção da mobilização política, culminando em um processo em que uma ordem social patriarcal é contestada, entendendo que projetos coletivos de transformação operam no nível do social e abordam a ordem institucional da sociedade, bem como a organização social da personalidade (Connell, 2005).

Tal relação indica que a fundamentação da masculinidade é estruturada não apenas pelas relações sociais imediatas, contextuais e constantes, mas também pelo padrão da ordem do gênero como um todo, por meio da relação com a estrutura global de poder (a subordinação das mulheres aos homens), e em relação a um simbolismo geral da diferença e oposição da feminilidade e da masculinidade. O “ser homem” envolve a negociação acerca das práticas hegemônicas da masculinidade. Isso quer dizer que as estratégias de identificação com as masculinidades perpassam a complacência ou a resistência à dominância masculina e suas características constitutivas.

Anteriormente, Foucault considerava a subjetividade como produto do poder disciplinar, que emerge da aplicação da tecnologia disciplinar sobre o corpo, pensada fundamentalmente como efeito de “uma trama cerrada de coerções materiais” (Foucault, 1976/1999). Contudo, o filósofo demonstrava sua insatisfação com essa perspectiva, abandonando-a alguns anos depois. A partir de 1980 Foucault (1984, p. 23) desenvolve o conceito de “paradoxo da subjetivação”, no qual discute a produção de subjetividades no exercício das relações de poder.

Segundo o autor, os modos pelos quais nos tornamos sujeitos, ou modos de subjetivação, se desenvolvem historicamente como “práticas de si”, vigorando dentro de práticas discursivas e de poderes ao mesmo tempo em referência às suas formas históricas. A subjetividade, então, envolve um processo de subjetivação, visto que, não existe “constituição do sujeito moral sem modos de subjetivação”, portanto, toda experiência que se fundamenta em uma subjetividade

envolve modos historicamente distintos de se fazer a experiência de si, por conseguinte, a experiência de subjetivação.

Nesse contexto, compreende-se que, ao discutir subjetividade à guisa de Foucault (1984), coloca-se em pauta a prática de si a partir dos saberes e poderes institucionais associados à historicidade dos tempos em questão. Cardoso Júnior (2005, p. 344) esclarece a ideia foucaultiana de como os saberes e poderes provenientes de todos os tempos históricos procuram domar os processos de subjetivação. Contudo, estes lhes escapam por meio de uma história de resistência:

> [...] toda subjetividade é uma forma, mas essa forma é simultaneamente desfeita por processos de subjetivação; enquanto a forma-sujeito é captada pelos saberes e poderes, a subjetivação é um excesso pelo qual a subjetividade mantém uma reserva de resistência ou de fuga à captação de sua forma (Cardoso Júnior, 2005, p. 344).

Portanto, subjetividade é a expressão do como nosso núcleo se relaciona com as coisas, com o mundo, por isso uma relação estabelece-se com o tempo e a história. Essa noção afasta a ideia de uma subjetividade fixa e descreve uma associação também com o corpo, visto que, o modo imediato pelo qual nos relacionamos com o mundo é a materialidade corporal, não apenas a nível orgânico, mas também como o corpo é construído pelas relações com as coisas em suas existências (Cardoso Júnior, 2005).

Foucault (1984) identifica no corpo uma potência transformacional ou criativa, que se caracteriza como linha de resistência ou fuga aos códigos morais e jurídicos, denominando tal potência localizada no encontro entre o corpo e as coisas do mundo como “prazer”. Os modos de subjetivação modernos, segundo Cardoso Júnior (2005), traduzem-se em “práticas de si reguladas por um dispositivo disciplinar”, no qual emerge a noção de sexualidade como constitutiva da subjetividade moderna. Apesar disso, os sujeitos são constituídos das relações que existem uns com os outros. Portanto, entende-se que as práticas de si são também práticas sociais (Ferreira Neto, 2017).

Por fim, segundo Ferreira Neto (2017, p. 14), destacam-se três características da noção de subjetividade em Foucault:

> Em primeiro lugar há uma diferenciação entre a subjetividade tomada como assujeitamento e a subjetividade como atitude crítica ou prática de si. [...] Em segundo lugar, a prática de si não consiste em um trabalho intraindividual, mas coletivo e

> institucional. Finalmente, tanto na subjetividade assujeitada quanto na autônoma, há um tipo próprio de relação com normas extraídas da cultura (Ferreira Neto, 2017, p. 14).

No processo de subjetivação das masculinidades, Medrado e Lyra (2014, p. 65), afirmam que "a pedagogia a partir da qual se forjam homens e se instituem, valorizam-se e se naturalizam certos atributos considerados masculinos (a nosso ver, machistas)." Esse processo se materializa via homossociabilidade ou mesmo nas instituições educativas, que reproduzem a normativa binária e sexista que escancara a diferença entre homens e mulheres, até mesmo na maneira de apresentar as disciplinas de exatas ou humanas na educação formal (Boffi & Oliveira-Silva, 2021).

Foucault apresenta a subjetivação concomitantemente como sujeição e, pela primeira vez, como resistência, em sua relação com as práticas de governo (Ferreira Neto, 2015). Nesse sentido, Scott (1995) defende o valor dos modos de agência nos processos de subjetivação analisando as práticas de resistência do cotidiano, afirmando que, mesmo as ações de cunho revolucionário gerenciam e concebem modos de agência cujo resultado permite alcançar vantagens mesmo dentro do sistema que nos limita, "a subjetividade é um processo que participa da potência de diferenciação do corpo, corpo ativo ou transformacional" (Cardoso Júnior, 2005, p. 348).

Dessa forma, se modos de subjetivação são demarcados por dispositivos historicamente constituídos podem, portanto, se desfazer e se transformar à medida que se engendram novas práticas.

> Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural (Foucault, 1984, p. 291).

O princípio que diferencia a subjetivação autônoma é que ela tem por pano-de-fundo o campo da política. A política de subjetivação refere-se a um trabalho que sujeitos individuais ou coletivos realizam sobre si mesmos a partir de configurações do seu ambiente cultural, social e institucional, ou seja, é o "trabalho realizado como atividade de si para consigo, em interação com o conjunto de elementos que o envolvem e o atravessam" (Ferreira Neto, 2017, p. 18),

sendo essencialmente a recusa da governabilidade e a busca de novas subjetividades (Foucault, 1982/1995).

Nesse sentido, a "criação" do homem deve passar por um processo social e individual de (des)construção e reconstrução, aproximando-se da ideia de que o gênero está mesmo circunscrito a ambas as esferas, corroborando o discurso da diferença sexual (Scott, 1995), remetendo

> […] não apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual (Scott, 1995, p. 2).

Por fim, ao conceber masculinidade em termos de questões sociais e individuação, deve-se pensar sobre a necessidade de revê-la em busca de novas formas de exercê-la refletindo acerca dos diferentes poderes que existem nas diferentes experiências das masculinidades, especialmente nos dias em que vivemos (Thürler & Medrado, 2020). De fato, "investigar sobre masculinidade significa não apenas apreender e analisar os sentidos disponíveis sobre o masculino no imaginário, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos" (Medrado & Lyra, 2002, p. 9).

1.3 Transmasculinidades

Homens trans podem ser compreendidos como sujeitos que ao nascimento foram designados como mulheres em decorrência da genitália – vulva – e que, em algum momento de suas vidas, passam a se identificar como pessoas pertencentes ao gênero masculino. Compreende-se que pessoas que se identificam como homens trans se localizam dentro do aspecto binário de gênero, enquanto pessoas transmasculinas não necessariamente.

No Brasil, a emersão das identidades transmasculinas data de 2010. Isso não significa a inexistência de homens trans anteriormente a essa data, como adverte Nery (2011), mas sim que essas identidades emergiram para a mídia, para a academia, para as políticas públicas e para a sociedade em geral em tal momento histórico, apoiada em eventos que propiciaram essa eclosão. Ávila (2014) aponta alguns desses eventos, como o surgimento comercial da internet e a constituição de associações exclusivas para homens transexuais, que culminaram na

organização de encontros regionais e nacionais, permitindo aglutinar e disseminar as demandas de saúde, que fomentaram a inclusão desses sujeitos na saúde pública por meio do Processo Transexualizador em 2013. A mídia também foi grande disseminadora da imagem dos homens trans por meio de filmes, novelas, entrevistas, documentários e autobiografias, inicialmente no cenário internacional.

Uma personalidade emblemática desse movimento, João W. Nery, havia publicado pela primeira vez sua autobiografia em 1984, intitulada *Erro de pessoa*. Nesse livro, narra sua transição iniciada aos 27 anos, em pleno regime ditatorial, razão pela qual a obra foi pouco divulgada. O livro só chegaria ao conhecimento coletivo a partir da publicação de sua releitura, intitulada *Viagem solitária: memória de um transexual*, lançada 30 anos depois, em 2011. Considerado o primeiro transhomem (como assim se intitulava) do país a realizar cirurgia de redesignação sexual em 1977, João Nery tornou-se ativista e representante dos homens trans. Hoje a Liga TransMasculina Carioca João W. Nery presta sua homenagem reverenciando seu nome. João faleceu em 2018, aos 68 anos, em decorrência de um câncer metastático de pulmão.

Na academia os estudos acerca dos homens trans e das transmasculinidades foram contemplados a partir de pesquisadoras como Márcia Áran, Simone de Ávila e Miriam Grossi. Ávila defendeu sua tese intitulada "FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo" em 2014, que resultou no livro *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*, publicado no mesmo ano. João W. Nery, Leonardo Peçanha, Guilherme de Almeida e Bruno Santana são homens trans que se insurgiram contra as barreiras acadêmicas e sociais e se consolidaram nos últimos anos como autores e referências da transexperiência[3] masculina.

O movimento político também mostrou um cenário favorável à popularização dessa nova identidade: Xande Peixe, homem trans, participou do XII ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a Aids – em 2005, e se tornou referência dentro do movimento. Foi presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT), representante do Brasil na *Red Latino Americana de Hombres Trans en el Activismo*, participante do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais e ainda atuou na construção do Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS) (Ávila, 2014), defendendo demandas como mastectomia e histerectomia.

[3] Ávila denomina de "transexperiência" masculina uma categoria que se refere a "homens que nasceram em corpos biológicos femininos e que se identificam com o gênero masculino e transformam seus corpos em corpos reconhecidamente masculinos" (p. 34). Essa noção de experiência é baseada na compreensão de experiência de Scott (2001), para quem os indivíduos não têm experiência, mas são constituídos por meio dela a partir de uma historicidade.

Ao discorrer sobre as experiências trans, evidencia-se de maneira reiterada o processo de transição de gênero em suas diversas facetas. Nesse contexto, destaca-se o processo nomeado de passabilidade – um conceito que pretende descrever o processo material de apresentação do gênero em concordância com as normativas binárias e cisgêneras, masculino ou feminino. A passabilidade é, segundo Almeida (2012, p. 519),

> utilizada para referir-se a uma capacidade pessoal de ser reconhecido/a como pertencente a um gênero que não era o assignado no sujeito ao nascer. Essa capacidade pessoal envolve tanto certa manipulação de alguns cuidados físicos característicos do gênero pretendido quanto atributos de comportamento que sejam culturalmente associados a tal gênero.

Aliás, o autor aponta que a passabilidade é algo muito comum na experiência da transexualidade masculina e pode ser adquirida por modos não interventivos e de cunho da compreensão cultural, como vestimentas e comportamentos, ou de modos corporalmente intrusivos e definitivos a níveis farmacológicos e cirúrgicos. Tal conceito se apresenta a partir de uma tradução literal do termo *passing*, e tem sido alvo de provocações e investigações acerca de sua utilização.

Para alguns ativistas, acadêmicos e pessoas trans, trata-se de um termo que se apresenta a partir de uma conotação normatizadora, na medida em que pretende reiterar as exigências sociais em torno do binarismo de gênero e o retorno à cisgeneridade, representando o alinhamento da expressão de gênero, orientação sexual e identidade de gênero (Duque, 2020; Ferreira, & Natansohn, 2019; Pontes & Silva, 2017; Porto, Silva, & Gugelmin, 2021). Porquanto, tal conceito é questionado ao se considerar que a transição de gênero é mais do que "passar por", como algo que se finge ser em um processo de constante imitação de algo que não é verdadeiro ou originário. É fazer uma consideração entre a expectativa subjetiva e a materialização corporal.

A discussão acerca do processo de transição de gênero e passabilidade demanda ponderações quanto a possibilidade de acesso às modificações corporais e as inúmeras condições que as proporciona, considerando que aderir às modificações corporais no Brasil não é apenas sobre atender a necessidades subjetivas, mas envolve uma complexa relação entre condições materiais de vida e acesso a políticas públicas, em especial, o processo transexualizador instituído no SUS.

Nesse sentido, compreende-se que a passibilidade não se trata somente de uma característica, mas a vigência de processos que assumem uma dimensão de violência quando sujeitos são submetidos e se submetem ao poder normativo. Na presente dissertação e em seus artigos derivados não se objetiva dar conta da complexidade e das problematizações do termo em questão. A palavra "passabilidade" é empregada exclusivamente como categoria analítica em toda sua extensão, e não enquanto um conceito fixamente estabelecido. Ou seja, ao utilizar tal termo pretende-se unicamente uma referência aos processos de modificações corporais efetuados pelas pessoas trans, que desembocam em uma conferência de leitura social do gênero no qual gostariam de ser identificados.

Cunha Nascimento (2019) interpreta a passabilidade também como uma ferramenta de validação social do gênero, que permite vislumbrar uma possível saída de um lugar de apagamento e de violências direcionadas às pessoas trans para a existência de um possível lugar de humanidade, em decorrência do alinhamento da identidade de gênero com a sua expressão corpórea. Ao retomar os homens trans como sujeitos da presente pesquisa, o processo de passabilidade por eles vivenciado pode desencadear uma leitura social entendida como masculina a partir da aplicação exógena do hormônio testosterona, alocando-os de forma geral ao gênero masculino como desejado.

Apesar de o campo da endocrinologia ter se desenvolvido apenas no final no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sua descoberta foi de grande valor para a invenção do "tratamento" da transexualidade. Isso porque os hormônios sintéticos foram decisivos na construção de um pensamento clínico que privilegiava o funcionamento anátomo-fisiológico do corpo humano, relacionando-o às questões de composições subjetivas, tais como a personalidade e os comportamentos sociais (Lima & Cruz, 2016). Uma série de acontecimentos contribuíram para que os hormônios passassem a ser classificados a partir do binarismo de sexo com uma diferenciação "científica" entre machos e fêmeas a partir da produção dos diferentes hormônios, reafirmando assim o dimorfismo sexual. Houve, e ainda há, uma complexa rede, formada por saberes, relações de poder, microscópios, pessoas, indústria farmacêutica, financiamentos milionários, que têm como efeito a "sexualização" dos hormônios (Sampaio, Medrado, & Méllo, 2019).

O termo hormônios sexuais só começa a ser utilizado em estudos científicos entre os anos de 1900 e 1940, durante seu apogeu científico e social. Segundo Oudshoorn (1994), nesse período destacaram-se na manipulação e estudo de hormônios: 1) os médicos clínicos, especialmente ginecologistas; 2) os cientistas de laboratório, como fisiologistas e bioquímicos; 3) a indústria farmacêutica. Até 1910 esses três grupos atuavam de forma independente, sendo

os ginecologistas agentes de destaque nos estudos sobre os hormônios, uma vez que monopolizavam o saber sobre o corpo feminino a partir do acesso direto às pacientes para a realização de experimentos e coleta de substâncias.

A partir de 1920, com o desenvolvimento dos hormônios artificiais, há uma modificação nos pensamentos acerca do gênero e das identidades transexuais. A produção dos hormônios sintéticos em laboratório passou a ser intensificada a partir de 1926, quando ginecologistas alemães argumentaram que era possível encontrar uma grande quantidade destas substâncias na urina humana. Nesse momento, existia ainda a controvérsia quanto à produção de testosterona em mulheres cisgêneras e a confirmação e a aceitação científica de que tais sujeitos produziam sim testosterona, concomitantemente ao estrogênio (Preciado, 2018).

A partir de 1930, os hormônios sexuais são definidos como agentes químicos geradores de masculinidade e feminilidade e, desde então, a testosterona é utilizada em terapias de substituição hormonal e intervenções corporais outras pelos homens cisgêneros cujo objetivo é a masculinização. Portanto, do ponto de vista da cultura, corpos cis fazem tal uso há muito tempo. De acordo com Sampaio et al. (2019, p. 49): “Os hormônios modificam aqueles que o administram e ao mesmo tempo são modificados nesta relação”, construindo corpos-homens e corpos-mulheres. Tais autores ainda afirmam que os hormônios são exemplos de que as materialidades, os não-humanos, são operadores de diferença e não simplesmente intermediários, mas sim um mediador que desloca uma relação, não sendo simplesmente causa ou consequência. Latour (2012) denota que as entidades associadas de humanos e não-humanos são consideradas uma mediação, em que cada atuante é um mediador que não pode ser um mero efeito entre dois polos definidos de antemão.

Assim, a união de sentidos sociais construídos historicamente compreende hormônios não por si só, mas as possibilidades de construção de deslocamentos de modos de subjetivação. Nesse sentido, os modos de subjetivação são definidos pelas maneiras como nos relacionarmos com as regras estabelecidas em cada período histórico e dizem respeito à forma predominante dessa relação (Nardi, 2006). Sampaio e Medrado (2019) apontam que os hormônios se localizam nas esferas de moléculas atuantes e têm ganhado importância crescente nas formas de “relação consigo” de seus agentes, resultando na produção de novas conformações de “eus”.

> Os hormônios integram uma rede complexa que subverte as normas e regras que determinados saberes, como o biomédico, tentam impor. Integram também essa rede os sujeitos que administram essas substâncias, pois as utilizam de diferentes modos, resistindo às prescrições instituídas, a despeito de uma possível intencionalidade

> subversiva. Nesse sentido, os hormônios se configuram como elementos importantes na rede de produção de modos de subjetivação na nossa sociedade, provocando efeitos diversos (Sampaio & Medrado, 2019, p. 2).

Nesse contexto, os homens trans também entenderam esse fenômeno como uma possibilidade de elaboração de estratégias de modificação corporal, uma vez que observaram em tais tecnologias a possibilidade de construir o corpo que permitisse ser reconhecido a partir do gênero desejado (Ávila, 2014).

> Assim, toma-se em consideração a ideia de que a testosterona foi e é produzida num âmbito de dispositivos maiores, como os processos de medicalização nos quais a descoberta e o uso dos hormônios têm papéis importantes. Os hormônios, de uma maneira geral, destacam-se pela capacidade de produzir discursos e práticas, revelando um mecanismo potente de controle dos corpos e das sexualidades (Lima & Cruz, 2016, p. 178).

O reconhecimento social da identidade masculina é assegurado, principalmente, pela produção do gênero masculino baseada no padrão da identidade de gênero cisgênera, binária e heterossexual. Entendendo que esse reconhecimento se dá, inicialmente, pela aparência dos sujeitos e sua materialidade corporal, é lógico que a aparência do sujeito seja a maneira mais recorrente de afirmação do gênero, seja para homens cis ou trans. Nesse sentido, é impossível descolar as discussões subjetivas sobre a transmasculinidade da utilização das tecnologias biomédicas, visto que os medicamentos hormonais acompanharão os sujeitos por toda a vida, haja vista a necessidade constante da manutenção das taxas hormonais, independentemente de processos cirúrgicos.

Para homens cis, o discurso biomédico e midiático gere suas vidas por meio da produção da masculinidade, pela via sexual ou regulação das taxas de testosterona, sendo a sexualidade o foco principal de tal processo regulatório e que faz com que homens cis consumam a testosterona de maneira crescente, especialmente no processo de velhice (Silva et al., 2012). A pesquisa de Sampaio e Medrado (2019, p. 12) afirma que os hormônios estão envolvidos em uma série de controvérsias, na medida em que tais substâncias escapam da função para a qual elas foram inicialmente destinadas, provocando uma série de subversões e se entrelaçam com diferentes modos de subjetivação, entre eles a (re)naturalização do modelo binário de sexo,

> Os vídeos delineiam a função reprodutiva da mulher como determinada biologicamente, pois a natureza dos hormônios que a constituem definem sua propensão para a maternidade e, como consequência, para a vida doméstica e os cuidados com a família. Em contrapartida, os homens são definidos pela grande quantidade de testosterona que circula em seus corpos, hormônio associado ao vigor sexual, força, energia, disposição e agressividade; com isso, os homens estariam fadados ao espaço público e ao exercício da sexualidade penetrativa (Sampaio & Medrado, 2019, p. 12).

Tais premissas normatizadoras instituem determinados modos de subjetivação e tentam restringir a diversidade de modos de ser e de viver. Aqueles que resistem aos padrões de feminilidade e masculinidade – e heterossexualidade – instituídos são submetidos a sanções, como a patologização de sua existência, verificando-se uma ressencialização do que é ser "homem" e "mulher". As biotecnologias tem sido importantes referências para os modos de subjetivação na contemporaneidade, e os hormônios enquanto moléculas em volta de uma rede de (re)significação possibilitam a inteligibilidade de novos modos de se relacionar consigo e com os outros.

Nesse contexto, na transexualidade muitas vezes a utilização dos hormônios é determinante para a construção de discursos e subjetivação dos sujeitos em uma relação inseparável com a materialidade corporal.

> Está claro que os corpos são afetados por processos sociais. O modo como nosso corpo cresce e funciona é influenciado pela distribuição de comida, costumes sociais, guerras, trabalho, esporte, urbanização, educação e medicina, para citar apenas as influências mais óbvias. Todas as influências são estruturadas pelo gênero. Então, não podemos pensar os arranjos sociais de gênero como mero efeito que flui de propriedades do corpo. Eles também precedem o corpo formando as condições em que este se desenvolve e vive (Connell & Pearse, 2015, p. 93).

Da mesma forma, as resistências são como fissuras que as engrenagens do biopoder não conseguiram capturar na grande roda da normatização dos corpos. Assim, essas substâncias se configuraram também como uma estratégia de poder, na medida em que o corpo se constitui em ferramenta de governo que se exacerba com a administração de hormônios (Preciado, 2018). No Brasil, o grande responsável por atender as demandas da população trans mais vulnerabilizada é o SUS, a despeito de suas diversas barreiras de acesso e funcionamento de

qualidade para todos e todas, a partir do Processo Transexualizador (Braz, 2019; Feitosa, 2019; Pereira, 2016; Popadiuk, Oliveira, & Signorelli, 2017; Rocon, Silva, & Sodré, 2018).

Segundo Sousa e Cavalcanti (2016), as políticas públicas de saúde voltadas à população trans tendem a emergir sob os efeitos da cisgeneridade, enquanto dispositivo de regulação potente dos corpos e modos de existência. Dessa forma, as políticas parecem preconizar as intervenções cirúrgicas de redesignação sexual como únicas e principais demandas dessa população, atualizando a lógica binária de gênero e seus mecanismos normativos (Vieira, Pereira, Dutra, & Cavalcanti, 2020).

Nesse espaço, a testosterona não compõe o RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais distribuídos pelos SUS) e, por conseguinte, não é fornecida gratuitamente na rede pública de saúde, emergindo como molécula cujo acesso depende de condições financeiras. Além disso, a compra em locais autorizados – farmácias – dá-se somente a partir da apresentação e retenção de receita médica, o que regula a aquisição de tal molécula, especialmente para pessoas trans cujo acesso à saúde e a condições financeiras se complexificam. Em contrapartida, pessoas trans igualmente apresentam suas próprias subjetivações, reflexões e apropriações acerca de seus corpos e tecnologias de gênero que adotam ou não.

Para os homens trans, uma das consequências da desassistência em saúde é a auto-hormonização, com aplicação de testosterona adquirida por meios ilegais, já que aprendem em sua rede pessoal com outros homens trans a forma de obter a substância por meio da internet, assim como a quantidade, marcas e efeitos (Ávila, 2014). De acordo com Lemos (2018, p. 2), homem trans militante e acadêmico, “Falar de hormonioterapia é falar de saúde, é falar de biomedicina, é falar de usos “devidos” e “indevidos” de sintéticos, é falar de SUS (Sistema Único de Saúde), sendo que este, no Estado do Ceará, ainda não disponibiliza ambulatório transexualizador integral.” O autor descreve os processos da “legalidade” dos hormônios e as vias “ilegais” para esse acesso e vantagens e desvantagens de cada caminho que pode envolver diagnóstico, mercado ilegal, disponibilidade de ambulatórios especializados, condições financeiras, etc.

É por esse motivo que Preciado (2018) defende que os hormônios sexuais devem ser de uso livre, sem regulação estatal ou médica. Em seu livro *Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, o autor descreve a leitura crítica da bula de *Testogel* – na qual a entende como um “manual de microfascismo” (p. 64) refletindo acerca da necessidade de deixar de afirma-se mulher para obtenção legal do hormônio – até suas experiências sensório-corpóreas que decide realizar, conservando sua identidade jurídica de mulher e sem adentrar

um protocolo de mudança de sexo. Sobre a primeira colocação, ele entende a (não) comercialização da testosterona como um aparato político e de controle, a partir do qual seus critérios de venda e distribuição pública correspondem a uma metafísica naturalista baseada na diferença sexual de dois sexos (homem e mulher), duas sexualidades (heterossexual e homossexual) e mais recentemente, dois gêneros (masculino e feminino) que são entendidos a partir a partir do desvio patológico. Dessa forma, o autor entende que a democratização do consumo de hormônios exige a modificação radical das topografias sexuais e de gênero, pois trataria de aceitar o caráter tecnoconstruído, múltiplo, maleável e mutável dos corpos e dos prazeres.

Pode-se pensar, por conseguinte, que em uma sociedade menos preconceituosa, mais tolerante e inclusiva diante das diversas expressões e identidades de gênero, não haveria necessidade de "corrigir" a ferro e fogo esses corpos transgressores. Entendendo que todas as encarnações de gênero são produtos performativos que conferem diferentes quadros de inteligibilidade cultural e legitimidade social, é necessário ponderar que, ao focalizar as questões relativas às modificações corporais, deve-se considerar também as significativas melhoras que elas incutirão em suas experiências em todos os contextos de sua vida.

A partir da própria demanda dos homens transexuais, a administração de hormônio passou a ser uma condição *sine qua non* nos processos de construção das masculinidades transexuais, procedimento que acaba por romper as fronteiras dos serviços de saúde especializados, transformando-se em um potente dispositivo de medicalização e de construção de processos de subjetivação (Lima & Cruz, 2016). Nesse sentido, os hormônios não estão envolvidos única e exclusivamente nos processos de saúde e adoecimento, mas são parte do imperativo de felicidade e realização pessoal, que articula padrões de aparência, de afetos, de feminilidade e masculinidade (Sampaio & Medrado, 2019). Nesse processo, perde-se de vista o impacto das transformações no vivido, deixando em segundo plano essa dimensão de cuidado, proposta inicial de todas as decisões terapêuticas.

Portanto, compreende-se a necessidade vigente de resgatar o cuidado à saúde transespecífica como um processo integral que consta de suas experiências, dificuldades e conquistas cotidianas em assimilação à construção de sua identidade. A construção desse movimento propiciaria a focalização na autoidentidade e afirmação para além das modificações corporais e utilização de tecnologias médicas, desconstruindo a ideia de homem a partir do binário e do normativo estabelecido.

Nesse sentido, a passabilidade fornece uma leitura social pautada no gênero masculino e os questionamentos inicialmente postos referem-se à vivência da masculinidade pelos homens

transexuais: quando estes passam a serem lidos apenas como homens eles adquirem os privilégios e poderes associados aos homens dentro de uma construção social patriarcal? Se sim, como eles lidam com estes privilégios?

As respostas a estas questões podem auxiliar na compreensão de aspectos sociais que atravessam as construções de masculinidades vivenciadas pelos homens transexuais, bem como, articular noções e práticas de masculinidades que se afastem do modelo preponderante, baseado na subserviência masculina e nos privilégios dos homens. Widgor (2016, p. 103) enfatiza a necessidade de estudar as novas performances das masculinidades como alternativas à masculinidade hegemônica imposta:

> Para diseñar investigaciones e intervenciones dirigidas al trabajo con los varones, así como estrategias políticas que se orienten a instalar en la agenda de las organizaciones sociales e instituciones públicas el tema, la propuesta de trabajo del enfoque en "nuevas masculinidades" es esencial. Nos referimos a las maneras no tradicionales de ser varón, que emergen como respuesta y confrontación de un contexto de desigualdad, donde los hombres ejercen la dominación a través de la fuerza, el autoritarismo y la violência.

A partir de tais esclarecimentos, esta investigação pretende compreender a experiência da masculinidade vivenciada pelos homens trans tanto em termos corporais quanto em termos sociais a partir do processo de passabilidade.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Este estudo tem por objetivo analisar os processos de construção de masculinidades em indivíduos que atravessam a experiência de transição para a identidade transmasculina, entendidos como via para investigar os processos de agenciamento de corporalidades dissidentes em relação às normas de gênero nas trajetórias de vida de homens trans.

2.2 Objetivos específicos

a. Descrever os sentidos de masculinidade que atravessam a experiência de transição para a identidade transmasculina por meio do agenciamento de corporalidade;

b. Analisar como homens trans identificam a existência de diferentes respostas sociais antes e depois da transição mulher-homem e compreender quais tipos de respostas ocorrem com maior frequência após a transição de gênero.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta Dissertação foi analisar os processos de construção de masculinidades em indivíduos que atravessam a experiência de transição para a identidade transmasculina, entendidos como via para investigar os processos de agenciamento de corporalidades dissidentes em relação às normas de gênero nas trajetórias de vida de homens trans.

A partir da revisão de literatura produzida foi possível apreender que o modo de expressão mais explorado pelos estudos em relação à performatividade das transmasculinidades está centrado na aparência física. Por meio de mudanças corporais, os homens transgêneros procuram realizar o gênero masculino e alcançar a passabilidade, objetivando obter legitimidade social e bem-estar subjetivo. Outras experiências das transmasculinidades também foram evidenciadas, apontando possíveis transformações da herança patriarcal que sustenta a desigualdade de gênero, tais como a rejeição do discurso masculino que desqualifica as mulheres e as condena a um lugar de subalternidade. Essa descoberta sugere que os homens transgêneros podem, dentro de certos limites, escapar de certas injunções e recusar certos privilégios concedidos aos homens cisgêneros.

Foi possível compreender que as modificações corporais são expressão da imagem que esses sujeitos projetam de si mesmos. Ainda, o uso de tais ferramentas permite que os homens trans sejam reconhecidos socialmente como pertencentes ao gênero com o qual se identificam em um processo de passabilidade. Tal fenômeno corresponde a um processo social que classifica os sujeitos de forma binária e elege a materialidade corporal como critério de decisão. Nesse sentido, as alterações corporais correspondem também a um processo pelo reconhecimento visual do pertencimento ao gênero masculino, eliminando as referências femininas.

No aspecto social da transição de gênero, os homens trans percebem com clareza a naturalização dos privilégios sociais que lhes são destinados de imediato a partir de uma leitura social masculina. Entretanto, exigências sociais do ser masculino também são experienciadas e qualquer movimento fora do padrão hegemônico resulta no questionamento de tal identidade. Ainda, os privilégios são distribuidos de forma desigual quando analisada a interseccionalidade pelo recorte étnico-racial. Dessa forma, homens trans negros passam a vivenciar o racismo mais do que o machismo. Percebe-se a possibilidade da performance da masculinidade sem a reprodução do modelo de subjugação das mulheres e da rejeição aos padrões da masculinidade hegemônica, não sem engendrar formas de resistência social.

Os resultados deste estudo foram limitados a homens transexuais heterossexuais e bissexuais e homens em relacionamentos estáveis apenas com mulheres cisgêneras. A partir da

compreensão de que a masculinidade é questionada diante da homossexualidade, sugere-se para futuros estudos que incluam entre seus participantes homens transexuais gays ou que experienciaram um relacionamento homoafetivo, e ainda casais transcentrados, tendo em vista que suas narrativas podem ser divergentes quanto aos privilégios sociais diante da leitura social masculina.

Ainda que se mostre como uma pesquisa bem planejada e conduzida, é importante ressaltar que, como todo estudo, apresenta limitações. Uma delas é ter se restringido a determinadas regiões do país, destacando centros urbanos, deixando de incluir participantes que podem estar vivenciando mais intensamente suas questões pós-transição de gênero, ou ainda, diferentes modos de experimentar a transmasculinidade. Pode-se destacar também como possível limitação o fato de a pesquisa não ter abarcado em suas análises outras pessoas que compõem a rede social significativa dos participantes, incluindo familiares, cônjuges e amigos(as), de modo a captar de que forma tais pessoas e relações foram afetadas pela transição de gênero dos homens trans.

Em decorrência de tais apontamentos, preconiza-se para estudos futuros a ampliação dos contextos sociais afetados pela transição de gênero dos homens trans, bem como a maneira pela qual tais sujeitos as perceberam e elaboraram sua travessia. E inserir outros atores envolvidos nesses contextos pode ser uma oportunidade de perscrutar as relações e sujeitos afetados por essas transformações. Tais recomendações se fundamentam ainda na proposta de ampliar e esquadrinhar os processos sociais percorridos pelos homens trans em seus contextos no processo de transição de gênero, visto que o interesse por dar visibilidade a essas temáticas se encontra em expansão.

A despeito de suas limitações, a presente pesquisa se mostra potente para contribuir para amplificar os temas que compõem o espectro das transmasculinidades, reposicionando a lente de interesse para aspectos sociais e subjetivos do processo de transição de gênero, sendo tais entendimentos fundamentais para produzir inteligibilidade a partir do esquadrinhamento das experiências transmasculinas para além do âmbito da saúde, em termos clínicos e psiquiátricos, rumo à produção de cuidados transespecíficos.

REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO

Almeida, M. V. (1995). *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Portugal: Fim de Século.

Almeida, G. (2012). "Homens trans": Novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas, 20*(2), 513-523. Recuperado de https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a12

Arilha, M., Ridenti, S., & Medrado, B. (1998). *Homens e masculinidades: Outras palavras*. São Paulo, SP: ECOS/Editora 34.

Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2019). *Critério de Classificação Econômica no Brasil*. São Paulo, SP: ABEP. Recuperado de https://www.abep.org/criterio-brasil

Ávila, S. N. (2014). *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo* (Tese de doutorado). Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/129050/329117.pdf?sequence=1

Bagagli, B. P. (2016). A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periódicus, 1*(5), 87-100.

Bengoa, C. C. (2014). La economia feminista: Ruptura teórica y propuesta política. In C. Carrasco (Ed.), *Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política* (pp. 25-47). Madrid, España: La Oveja Roja.

Badinter, E. (1992). *XY: Sobre a identidade masculina* (M. I. D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Boffi, L. C., & Oliveira-Silva, L. C. (2021). Enfrentando as estatísticas: Estratégias para permanência de mulheres em STEM. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 14*(Spe), 1-27. doi:10.36298/gerais202114e16922

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto editora.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77-101.

Braun, V., & Clarke, V. (2014). What can "thematic analysis" offer health and wellbeing researchers? *International Journal of Qualitative Studies on Health and Wellbeing, 9*(1), 1-2. doi:10.3402/qhw.v9.26152

Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health, 11*(4), 589-597. doi:10.1080/2159676X.2019.1628806

Braz, C. (2019). Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *Cadernos de Saúde Pública, 35(4)*, e00110518. doi:10.1590/0102-311X00110518

Cabral, A. G. (2015). *Abrindo os códigos do tesão: Feitiços de resistência entre o transfeminismo pós-pornográfico* (Tese de doutorado). Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169459

Cardoso Júnior, H. R. (2005). Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 18*(3), 343-349.

Cisne, M., & Santos, S. M. M. (2018). *Feminismo, diversidade sexual e serviço social.* São Paulo, SP: Cortez.

Clarke, V., Braun, V., & Hayfield, N. (2019). Análise temática. In J. A. Smith, *Psicologia qualitativa: Um guia prático para métodos de pesquisa* (C. Liudvik, Trad., pp. 295-327). Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado, 31*(1), 99-127. doi:10.1590/S0102-69922016000100006

Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: Uma perspectiva global* (M. Moschkovich, Trad.). São Paulo, SP: Nversos.

Connell, R. W. (1987). *Gender and power*. Oxford, United Kingdom: Polity Press.

Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade, 20*(2), 185-206.

Connell, R. W. (2005). Masculinities (2nd ed.). Los Angeles, CA: University of California Press.

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas, 21*(1), 241-282. doi:10.1590/S0104-026X2013000100014

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas, 10*(1), 171-188. doi:10.1590/S0104-026X2002000100011

Cunha Nascimento, J. F. S. (2019). Nem só de hormônio vive o homem: Representações e resistências de homens transexuais (1984-2018). *ACENO: Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 6*(12), 95-112. Recuperado de https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/8537

Delphy, C. (2009). Patriarcado (teorias do). In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 173-178). São Paulo, SP: Editora UNESP.

Dowsett, G. W. (1996). I'll show mine if you show me yours. *Sexual and Reprodutive Health Matters, 4*(7), 19-24.

Duarte, G., & Spinelli, L. M. (2019). Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais & Humanas, 32*(2), 126-145. doi:10.5902/2317175836316

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, *24*, 213-225.

Dumaresq, L. (2016). Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Revista Periodicus, 1*(5), 121-131.

Dumaresq, L. (2014). *Ensaio de epistemologia transgênera. Transliteração*. Recuperado de https://bit.ly/2ESin5B

Duque, T. (2020). A epistemologia da passabilidade: Dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. *História Revista, 25*(3), 32-50. doi:10.5216/hr.v25i3.66509

Favero, S. R. (2020a). (Des) epistemologizar a clínica: O reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica, 5*(13), 403-418. doi:10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p403-418

Favero, S. (2020b). Por uma ética pajubariana: A potência epistemológica das travestis intelectuais. *Equatorial, 7*(12), 1-22. doi:10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520

Feitosa, C. (2019). Políticas públicas LGBT no Brasil: Um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro),* (32), 90-118. doi:10.1590/1984-6487.sess.2019.32.06.a

Ferreira, S. R. S., & Natansohn, L. G. (2019). Objetos de aparecer e de desaparecer de Anastacia: Diálogos sobre passabilidade trans* e o direito ao manejo dos próprios dados on-line a partir de um estudo de caso. *Cadernos de Comunicação, 23*(1), 1-22. doi:10.5902/2316882X36709

Ferreira Neto, J. L. (2015). Retraçando os deslocamentos de Foucault: O lugar da biopolítica e da governamentalidade. *Psicologia em Estudo, 20*(3), 365-376. doi:10.4025/psicolestud.v20i3.27190

Ferreira Neto, J. L. (2017). A analítica da subjetivação em Michel Foucault. *Revista Polis e Psique, 7*(3), 7-25. doi:10.22456/2238-152X.76339

Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, *27*, 388-394.

Foucault, M. (1984). *História da sexualidade: Vol 2. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Foucault, M. (1995). Sobre a genealogia da ética: Uma revisão do trabalho. In R. Dreyfus, *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica*) (V. Portocarrero, Trad., pp. 231-24). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1982).

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade.* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes (Original publicado em 1976).

Fuchs, J. J. B., Hining, A. P. S., & Toneli, M. J. F. (2021). Psicologia e cisnormatividade. *Psicologia & Sociedade, 33*, e220944. doi:10.1590/1807-0310/2021v33220944

Gray, L. M., Wong-Wylie, G., Rempel, G. R., & Cook, K. (2020). Expanding qualitative research interviewing strategies: Zoom video communications. *The Qualitative Report, 25*(5), 1292-1301. Recuperado de https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol25/iss5/9

Halberstam, J. (1998). *Female masculinity*. Durham, NC: Duke University Press.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.

Janghorban, R., Roudsari, R. L., & Taghipour, A. (2014). Skype interviewing: The new generation of online synchronous interview in qualitative research. *International journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, *9*(1), 24152.

Julião, H. V., & Dutra, N. H. (2020). Divisão sexual do trabalho: Para além do gênero e do patriarcado. *Temporalis*, *20*(40), 201-214.

Kaas, H. (2012). O que é cissexismo? *Transfeminismo*. Recuperado de https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/

Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In M. Emílio, M. Teixeira, & M. Nobre (Orgs.), *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Desafios para as políticas públicas* (pp. 55-63). São Paulo, SP: Coordenadoria Especial da Mulher.

Kimmel, M. S. (2016). Masculinidade como homofobia: Medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero (S. M. Takakura, Trad.) *Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, *3*(4), 97-124.

Latour, B. (2012). *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador, BA: EDUFBA.

Lemos, K. (2018). O despreparo na rede hospitalar e a felicidade em ml: Angústia e prazer dão dimensão à hormonioterapia. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, *1*(1), 1-12. doi:10.31560/2595-3206.2018.1.9067

Lima, F., & Cruz, K. T. D. (2016). Os processos de hormonização ea produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (23), 162-186. doi:10.1590/1984-6487.sess.2016.23.07.a

Lobe, B., Morgan, D., & Hoffman, K. A. (2020). Qualitative data collection in an era of social distancing. *International Journal of Qualitative Methods*, *19*, 1609406920937875.

Messerschmidt, J. W. (2012). Engendering gendered knowledge: Assessing the academic appropriation of hegemonic masculinity. *Men and Masculinities*, *15*(1), 56-76.

Medrado, B., Corrêa, T., & Lyra, J. (2016). Homens e masculinidades no contexto da violência de gênero: Para além dos serviços para agressores. In A. M. Veiga, T. K. Lisboa, & C. S.

Wolff (Orgs.), *Gênero e violências: Diálogos interdisciplinares* (pp. 162-180). Florianópolis, SC: Edições do Bosque/CFH/UFSC.

Medrado, B., & Lyra, J. (2002). Produzindo sentidos sobre o masculino: Da hegemonia à ética da diversidade. In M. Adelman & C. Silvestrin (Orgs.), *Coletânea gênero plural* (pp. 63-76). Curitiba, PR: Editora UFPR.

Medrado, B., & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas, 16*(3), 809-840.

Medrado, B., & Lyra, J. (2014). Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre homens e as masculinidades. In E. A. Blay (Coord.), *Feminismos e masculinidades: Novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher* (pp. 55-74). São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.

Millet, K. (1974). *Política sexual*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote.

Motta, D. C. (2018). Desvendando Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais, 22*(40), 149-160.

Muylaert, C. J., Sarubbi Jr, V., Gallo, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, 48*(Esp2), 193-199. doi:10.1590/S0080-623420140000800027

Nardi, H. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: Trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre, RS: UFRGS.

Namey, E., Guest, G., O'Regan, A., Godwin, C. L., Taylor, J., & Martinez, A. (2020). How does mode of qualitative data collection affect data and cost? Findings from a quasi-experimental study. *Field Methods, 32*(1), 58-74.

Nery, J. W. (2011). *Memórias de um transexual 30 anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.

Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: Características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração, 1*(3), 1-5.

Oliveira, V. M. (2019). *Revisitando Heleieth Saffioti: A construção de um conceito de Patriarcado* (Dissertação de Mestrado). Recuperado de https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12221

Organização Mundial da Saúde. (2019). *CID-11 para estatísticas de mortalidade e morbidade*. Genebra, Suiça: OMS. Recuperado de https://icd.who.int/browse11/l-m/en

Oudshoorn, N. (1994). *Beyond the natural body: An archaeology of sex hormones*. London, United Kingdom: Routledge.

Pereira, C. F. (2016). Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, 4*(1), 115-137.

Pontes, J. C., & Silva, C. G. (2017). Cisnormatividade e passabilidade: Deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista Periódicus, 1*(8), 396-417. doi:10.9771/peri.v1i8.23211

Popadiuk, G. S., Oliveira, D. C., & Signorelli, M. C. (2017). A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): Avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva, 22*(5), 1509-1520. doi:10.1590/1413-81232017225.32782016

Porto, R. K. D., Silva, M. A., & Gugelmin, S. (2021). Narrativas de passabilidade e a segurança para transitar: transmasculinidades e saúde. *ACENO: Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 8*(16), 219-230. doi:10.48074/aceno.v8i16.12039

Preciado, P. B. (2018). *Testo Junkie: Sexo, drogas e bipolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo, SP: n-1 Edições.

Ribeiro, J., de Souza, F. N., & Lobão, C. (2018). Saturação da análise na investigação qualitativa: quando parar de recolher dados?. *Revista Pesquisa Qualitativa, 6*(10), iii-vii.

Rocon, P. C., Silva, A. I., & Sodré, F. (2018). Diversidade de gênero e Sistema Único de Saúde: Uma problematização sobre o processo transexualizador. *SER Social, 20*(43), 432-448. doi:10.26512/ser_social.v20i43.18870

Rodovalho, A. M. (2017). O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas, 25*(1), 365-373. doi:10.1590/1806-9584.2017v25n1p365

Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2a ed.) São Paulo, SP: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo.

Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo, SP: Moderna.

Saffioti, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In A. O. Costa & C. Bruschini (Orgs.), *Uma questão de gênero* (pp. 183-215). Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.

Sampaio, J., & Medrado, B. (2019). Hormônios na produção de modos de subjetivação: Atuando controvérsias. *Psicologia & Sociedade, 31*, e181507. doi:10.1590/1807-0310/2019v31181507

Sampaio, J., Medrado, B., & Méllo, R. (2019). Hormônios em ação": Articulando conceitos da teoria ator-rede. *Revista Polis e Psique, 9*(3), 43-52.

Sant'Anna, Y. (2017). Cisgeneridade e identidade. Transfeminismo. Recuperado de https://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-identidade/

Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade, 20*(2), 71-99.

Silva, V., Marques, A. P., Lyra, J., Medrado, B., Leal, M., & Raposo, M. (2012). Satisfação sexual entre homens idosos usuários da atenção primária. *Saúde e Sociedade, 21*(1), 171-180. doi:10.1590/S0104-12902012000100017

Sousa, D., & Cavalcanti, C. (2016). Entre normas e tutelas: Pensando (im) possibilidades da Psicologia em interface com transgeneridades. In A. Denega, D. S. V. Andrade, & H. M. Santos (Orgs.), *Gênero na psicologia: Saberes e práticas* (pp. 126-139). Salvador, BA: CRP-03.

Souza, L. K. D. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: Conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *71*(2), 51-67.

Vergueiro, V. (2012). Pela descolonização das identidades trans*. *Anais do Sexto Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*. Salvador, BA: ABEH. Recuperado de https://editorarealize.com.br/edicao/ebook/3/detalhes

Vergueiro, V. (2014). Colonialidade e cis-normatividade [Entrevista cedida a] B. R. Guzmán. *Iberoamérica Social: Revista-Red de Estudios Sociales*, *3*, 15-21. Recuperado de https://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro/

Vergueiro, V. (2016). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* (Dissertação de mestrado). Recuperado de https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685

Vieira, E. S., Pereira, C. A. S. R., Dutra, C. V., & Cavalcanti, C. S. (2020). Psicologia e políticas de saúde da população trans: Encruzilhadas, disputas e porosidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *39*(Spe. 3), 161-173. doi:10.1590/1982-3703003228504

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, *22*(44), 203-220.

Wetherell, M., & Edley, N. (1999). Negotiating hegemonic masculinity: Imaginary positions and psycho-discursive practices. *Feminism & Psychology*, *9*(3), 335-356. doi:10.1177/0959353599009003012

Wigdor, G. B. (2016). Aferrarse o soltar privilegios de género: Sobre masculinidades hegemónicas y disidentes. *Península*, *11*(2), 101-122.